



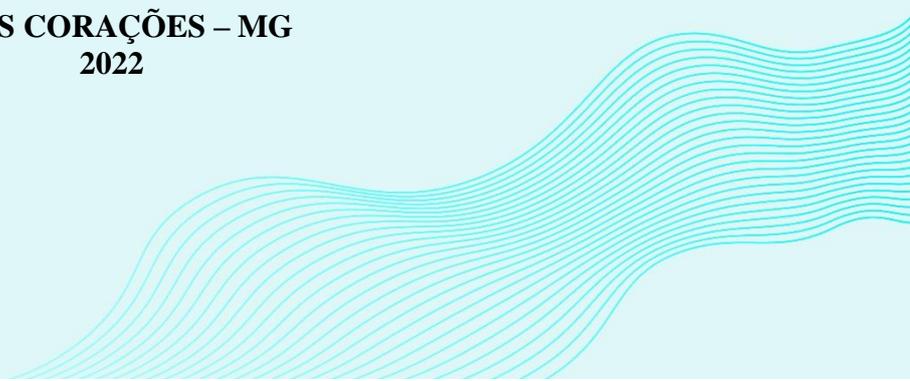
UNINCOR

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO RIO VERDE

ISABELE SOVIERZOSKI

**O REFUGIADO NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL:
a construção de rotas literárias para as séries finais do ensino fundamental**

**TRÊS CORAÇÕES – MG
2022**



ISABELE SOVIERZOSKI

**O REFUGIADO NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL:
a construção de rotas literárias para as séries finais do ensino fundamental**

Dissertação apresentada à Universidade Vale do Rio Verde (UninCor) como parte das exigências do programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino para obtenção do título de mestre.
Área de Concentração: Planejamento e Ensino

Orientadora: Prof^ª Dra. Terezinha Richartz

TRÊS CORAÇÕES-MG

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca do Centro Universitário Vale do Rio Verde – UNINCOR

Sovierzoski, Isabele

S729r O refugiado na literatura infanto-juvenil: a construção de rotas literárias para as séries finais do ensino fundamental / Isabele Sovierzoski. Três Corações, 2022.
97 f. : il. color.

Orientadora: Dra. Terezinha Richartz
Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Vale do Rio Verde – UNINCOR.
Mestrado profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.

1. Literatura infantojuvenil. 2. Refugiados na literatura. 3. Direitos humanos. 4. Ensino Fundamental. I. Richartz, Terezinha. II. Centro Universitário Vale do Rio Verde – Unincor. III. Título.

CDU: 82-93

FOLHA DE APROVAÇÃO

UNINCOR

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO RIO VERDE

www.unincor.br

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado APRESENTADO POR ISABELE SOVIERZOSKI, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE NO PROGRAMA DE Mestrado PROFISSIONAL EM GESTÃO, PLANEJAMENTO E ENSINO.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil vinte e dois, reuniu-se, remotamente, a Comissão Julgadora, constituída pelos professores doutores: Terezinha Richartz (UninCor/MG), Zionel Santana (UninCor/MG), e Eduardo Harder (UFPR/PR), para examinar a candidata Isabele Sovierzoski na defesa de sua dissertação intitulada: O REFUGIADO NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL: A CONSTRUÇÃO DE ROTAS LITERÁRIAS PARA AS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. A Presidente da Comissão, Terezinha Richartz, iniciou os trabalhos às 14:30h, solicitando à candidata que apresentasse, resumidamente, os principais pontos do seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente a candidata sobre diversos aspectos da pesquisa e da dissertação. Após a arguição, que terminou às 16:00h, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho da candidata, tendo chegado ao seguinte resultado: Profa Dra Terezinha Richartz (aprovada), Prof Dr Zionel Santana (aprovada) e Prof Dr Eduardo Harder (aprovada). Em vista deste resultado, a candidata Isabele Sovierzoski foi considerada aprovada, fazendo jus ao título de Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.

Três Corações, 24 de março de 2022.

Novo título (sugerido pela banca):

Prof. Dra. Terezinha Richartz

Prof. Dr. Eduardo Harder

Prof. Dr. Zionel Santana

Prof. Dra. Sunita Pereira Mourão (Suplente externo)

Prof. Dr. Jesus Alexandre Tavares Monteiro (Suplente interno)

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO RIO VERDE - UNINCOR

Três Corações: Av. Castelo Branco, 82 - Chácara das Rosas | CEP: 37417-150 - TELEFONE: 35 3239.1000

Belo Horizonte: Av. Amazonas, 3.200 - Prado | CEP: 30411-186 - TELEFONE: 31 3064.6333

Caxambu: Rua Dr. Viotti, 134 - Centro | CEP: 37440-000 - TELEFONE: 35 3341.3288

Dedico esta dissertação às minhas orientadoras que sempre acreditaram em mim e, com um comportamento ético-profissional irrepreensível, me ensinaram o que é ser uma educadora.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do mestrado que, com seu exemplo, empenho e zelo, contribuíram para o meu crescimento pessoal e, conseqüentemente, profissional.

“As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser igual quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferente quando a igualdade os descaracteriza.” Boaventura de Souza Santos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de solicitantes de refúgio, segundo principais países de nascimento, Brasil – 2019 - 2020.....	44
Tabela 2 - Solicitações de refúgio, segundo país de nacionalidade ou residência habitual, Brasil – 2019 - 2020.....	45
Tabela 3 - Número de processos de solicitação de refúgio, segundo tipo de decisão, Brasil – 2019 -2020.....	45
Tabela 4 - Número de processos de solicitação de refúgio deferidos, segundo país de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil – 2019 – 2020.....	46
Tabela 5 - Número de processos de solicitação de refúgio indeferidos, segundo país de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil – 2019 – 2020.....	46
Tabela 6 - Número de solicitações de refúgio, segundo ano, Brasil, 2011 – 2020.	47
Tabela 7 - Número de refugiados reconhecidos, de acordo com a nacionalidade, Brasil – 2020.	47
Tabela 8 - Número de refugiados reconhecidos, segundo ano, Brasil, 2011-2020.	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Capa do website Rotas Literárias.....	59
-------------------------------------------------	----

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar o Produto Técnico-Tecnológico (PTT) ‘Rotas Literárias’, um site com indicação de leitura infanto-juvenis que tematizam a figura do refugiado. O material é para uso de professores dos anos finais do Ensino Fundamental, que também pode ser utilizado em outros anos, adaptando-se ao perfil do aluno. Este material pode servir de apoio não só para a formação discente, mas também do próprio professor, que precisa estar familiarizado com temas sociais e contemporâneos. Para a construção do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, documental e aplicada, visto que objetivou compreender fenômenos de natureza mais subjetiva, como ocorrem com as representações dos refugiados na literatura infanto-juvenil. Assim, ela envolveu a obtenção de dados descritivos sobre pessoas e lugares, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos protagonistas da situação em estudo. A fim de apresentar e discutir as questões apontadas nos objetivos específicos deste trabalho, foi utilizada a coleta de dados, que diz respeito tanto a documentos relativos à educação no país e aos direitos humanos, como os da ONU, no que diz respeito aos refugiados. A discussão teórica empreendida deu origem a um PTT que será utilizado no contexto da Educação Básica, respondendo a um problema real de sala de aula: a inclusão de pessoas refugiadas no espaço escolar. Deve-se considerar que essa representação do refugiado pode contribuir para atender às competências gerais da Base Nacional Comum Curricular, no que concerne ao respeito à diversidade sociocultural, ao exercício da empatia, da solidariedade, responsabilidade e cidadania. Tratar do tema sobre refugiados, no ambiente escolar, com alunos do Ensino Fundamental deve levar a um processo de conscientização do outro e do respeito às diversidades. As legislações educacionais brasileiras têm enfatizado a acolhida, inclusão e integração de pessoas com culturas diferentes. Para isso, é importante um site que apresente histórias de refugiados contadas em livros infanto-juvenis, aproximando os personagens dos leitores, sensibilizando-os para o sofrimento do outro. Além do texto literário, com suas características e funções, o trabalho apresenta os refugiados associados aos Direitos Humanos e sua situação no Brasil. Por fim, apresenta o Produto Técnico-Tecnológico, cuja aplicação pretende viabilizar a discussão sobre refugiados na Educação Básica.

Palavras-chave: Literatura infanto-juvenil. Direitos Humanos. Refugiados. Educação. Produto técnico-tecnológico.

ABSTRACT

The present work aimed to present a technical-technological product (PTT) entitled Literary Routes, a website with an indication of reading for children and young people that thematizes the refugee figure. The material is for use by teachers in the final years of Elementary School, but can be used in other years, adapting to the student's profile. This material can serve as a support not only for student training, but also for the teacher himself, who needs to be familiar with social and contemporary issues. For the construction of the work, a bibliographical, qualitative, documentary and applied research was carried out, since it aimed to understand phenomena of a more subjective nature, such as the representations of refugees in children's literature. Thus, it involved obtaining descriptive data about people and places, trying to understand the phenomena from the perspective of the subjects, that is, the protagonists of the situation under study. In order to present and discuss the issues identified in the specific objectives of this project, data collection was used, which concern both documents related to education in the country and human rights, as well as those of the UN, with regard to refugees. . The theoretical discussion undertaken gave rise to a PTT that will be used in the context of Basic Education, responding to a real problem in the classroom, that is, the inclusion of refugees in the school space. It should be considered that this representation of the refugee can contribute to meeting the general competences of the National Common Curricular Base, with regard to respect for socio-cultural diversity, the exercise of empathy, solidarity, responsibility and citizenship. Dealing with the issue of refugees, in the school environment, with elementary school students should lead to a process of awareness of the other and respect for diversities. Brazilian educational legislation has emphasized the acceptance, inclusion and integration of people with different cultures. For this, it is important to have a website that presents refugee stories told in children's books, bringing characters closer to readers, sensitizing them to the suffering of others. In addition to the literary text, with its characteristics and functions, the work presents refugees associated with Human Rights and their situation in Brazil. Finally, it presents the technical-technological product, whose application intends to enable the discussion about refugees in Basic Education.

Keywords: *Children's literature. Human rights. Refugees. Education. Product technical-technological.*

SUMÁRIO

RESUMO	10
1 INTRODUÇÃO	14
2 REFLEXÕES SOBRE LEITURA E LITERATURA INFANTO-JUVENIL, CARACTERÍSTICAS E FUNÇÕES	18
2.1 Literatura: características e funções	19
2.2 Texto literário e o processo de humanização e do respeito à alteridade	24
3 DIREITOS HUMANOS: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, REFUGIADOS E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	33
3.1 Refugiados associados aos Direitos Humanos e dados estatísticos sobre a situação de refúgio no Brasil.....	40
3.2 Educação em Direitos Humanos: principais documentos e planos	48
4 ROTAS LITERÁRIAS: LITERATURA INFANTO-JUVENIL, DIREITOS HUMANOS E REFUGIADOS	56
4.1 Indicação de leitura e propostas didáticas dos livros	59
4.1.1 Dois meninos de Kakuma	59
4.1.2 Uma travessia perigosa	61
4.1.3 Refugiados em busca de um mundo sem fronteiras	62
4.1.4 Diálogos de Samira por dentro da guerra síria	63
4.1.5 LAYLA, a menina síria	64
4.1.6 O cometa é um sol que não deu certo	65
4.2 Propostas didáticas específicas associadas às competências e habilidades elencadas na Base Comum Curricular	67
4.2.1 Geografia.....	67
4.2.2 Língua Portuguesa.....	69
4.2.3 Ensino Religioso.....	71
4.2.4 Matemática.....	72
4.2.5 História.....	73
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	76
5.1 Validação do produto	77
5.2 Resultados e análise das respostas	77

5.2.1	Trabalhar a questão dos refugiados em sala de aula	77
5.2.2	O <i>website</i> – Rotas literárias – pode ser utilizado como recurso didático pelo professor	78
5.2.3	O <i>website</i> apresenta procedimentos de ensino de literatura como atividade formal válida.....	78
5.2.4	O <i>website</i> possibilita o uso como ferramenta pedagógica contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos	79
5.2.5	Os livros disponibilizados no website estimulam o interesse dos alunos sobre os refugiados e correspondem ao nível sociocultural dos alunos	79
5.2.6	Questões importantes no <i>website</i> e o que pode ser melhorado	80
5.2.7	O <i>website</i> pode ajudar o professor a trabalhar sobre refúgio estimulando a discussão sobre a chamada educação em direitos humanos	81
5.2.8	O <i>website</i> trabalha de maneira interdisciplinar Refúgio e Literatura, os, promovendo o processo de humanização e o respeito às diversidades culturais.....	81
5.2.9	O objetivo do <i>website</i> é o de contribuir para a discussão sobre o refugiado, desenvolvendo as competências gerais, 9 e 10 da Base Nacional Comum Curricular	82
5.2.10	Receptividade por parte dos alunos	82
5.3	Conclusões e recomendações sobre o PTT	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICE I – ROTEIRO DA ENTREVISTA	
	POSFÁCIO.....	

1 INTRODUÇÃO

A literatura tem apresentado vários fatos relacionados à vida em sociedade. Entre eles, a mobilização de grupos humanos que ocorre desde épocas primevas, em busca de água, alimentos e/ou segurança. As lutas pelo poder, conflitos territoriais, guerras e perseguições políticas, religiosas, étnicas, ideológicas e culturais, além de desastres ambientais e grandes processos migratórios que ocorreram nos séculos XX e XXI, em consequência de guerras mundiais e conflitos locais que forçaram pessoas a buscarem abrigo em outros países e continentes. Recentemente, refugiados provenientes de diversos países estão se deslocando em busca de sobrevivência e/ou melhor qualidade de vida.

Os meios de comunicação têm apresentado reportagens em que pessoas buscam refúgio em outros países, fazendo travessias perigosas por terra e mar, tentando preservar suas vidas e valores, mas nem sempre encontram a acolhida esperada. A questão dos refugiados está associada aos Direitos Humanos, cuja violação fere o princípio da dignidade da pessoa humana que deve ser preservada acima de tudo.

Reunida em Paris, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de Assembleia Geral, lançou, em dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), após o genocídio da Segunda Guerra Mundial. O documento é formado por 30 artigos elaborados através do tempo, por diversas culturas que buscaram construir uma sociedade mais organizada e justa, valorizando, acima de tudo, a dignidade humana. A DUDH é importante na história dos direitos humanos e fundamenta muitas constituições e legislações nacionais e internacionais. No Brasil, diversos documentos como a Constituição Federal de 1988 e legislações ligadas à educação enfatizam os princípios da igualdade, liberdade, solidariedade e tolerância.

Nos últimos anos, o Brasil tem recebido muitos refugiados que, com suas famílias, buscam refazer suas vidas e planejar um futuro melhor para seus filhos. No entanto, o tema sobre pessoas em situação de refúgio é pouco discutido nas instituições de ensino e requer uma análise ampla, buscando as causas da migração e as consequências que têm provocado nos países que acolhem estes migrantes.

Deste modo, esta pesquisa objetivou analisar a representação dos refugiados na literatura infanto-juvenil produzida nos últimos anos, partindo de três questões iniciais: se a literatura infanto-juvenil trata do tema sobre refugiados, como eles são representados e se essa representação atende às competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no respeito à diversidade, empatia, solidariedade, responsabilidade e cidadania. Estas questões estão relacionadas à produção de um produto técnico-tecnológico.

Discutir sobre o tema dos refugiados nas instituições de ensino ajuda na conscientização do outro, no respeito às diversidades, na cooperação, na empatia. Por isso é importante analisar e entender como ele é representado na literatura infanto-juvenil objetivando a elaboração de um produto tecnológico educacional de auxílio aos professores.

O produto elaborado é um *website* chamado Rotas Literárias, (www.rotasliterarias.com.br) destinado ao estudo de textos literários infanto-juvenis que tratam de refugiados. Apresenta indicações de livros selecionados e propostas didáticas a serem utilizadas pelos professores, como sugestão de atividades pedagógicas.

Nesta pesquisa, três temas se entrelaçam: literatura infanto-juvenil, refugiados e Direitos Humanos. A literatura infanto-juvenil é analisada em suas características e suas funções, e alguns teóricos da literatura discutem o texto literário; os Direitos Humanos são apresentados em sua origem e evolução histórica, além de suas características e gerações e a educação em direitos humanos com seus documentos e planos. A situação dos refugiados no Brasil e no mundo é apresentada e complementada por dados atualizados. Finalmente, a pesquisa apresenta um produto técnico-tecnológico, com finalidade educacional para a discussão sobre refugiados na Educação Básica, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental.

Nos últimos anos, as legislações brasileiras têm enfatizado a inclusão escolar como uma necessidade de integrar pessoas de outros países e culturas, valorizando a diversidade cultural. No entanto, há um despreparo da comunidade escolar para receber alunos com culturas, idiomas e costumes diferentes dos seus. Conhecer a situação do refugiado e a história por trás desses deslocamentos involuntários, bem como a cultura e história do seu país é uma forma de integrá-lo e valorizá-lo junto ao grupo, elevando sua autoestima e facilitando a sua inclusão. Para isso, nada melhor do que livros contando histórias de refugiados, observando suas próprias perspectivas como personagens.

As razões que levaram 82,4 milhões de pessoas (ACNUR, 2021) a abandonarem seu país de origem, o sofrimento da viagem sem destino definido até conseguirem um país que os acolha pode fazer com que professores e alunos se sensibilizem e lancem um novo olhar sobre o refugiado, uma vítima inocente das atrocidades cometidas em seu país. Os motivos apresentados são suficientes para a criação do Produto Técnico-Tecnológico (PTT) para que o professor trabalhe a temática em sala de aula a partir de textos literários.

A atualidade do tema justifica-se pelo número de refugiados que buscam, no Brasil, o recomeço de uma vida melhor para si e seus filhos.

A importância de tal pesquisa e do PTT relacionado a ela está em contribuir para atender às competências gerais referentes à Educação Básica, em especial as de números 9 e 10 conforme aponta a BNCC.

A relevância desta temática pode concorrer para o entendimento do outro e para o respeito às diversidades culturais, ajudando na promoção de uma cultura dos direitos humanos no espaço escolar, alinhada, assim, aos pressupostos da educação em direitos humanos.

Após uma busca pelo Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), usando a palavra “refugiados”, na área da Educação, foram encontrados 520 trabalhos.

Destes, apenas seis (06) se concentram no tema dos refugiados. Nenhum destes, entretanto, tem por foco a literatura infanto-juvenil, evidenciando a importância e necessidade do tema na Educação Básica. A BNCC aponta que a Educação Básica brasileira deve promover a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos, para que eles sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária. Conforme observado, existe a preocupação e a disposição do Ministério da Educação – MEC com a formação humana dos estudantes.

Na pesquisa aplicada, foram feitas as leituras e os fichamentos críticos para a construção dos capítulos 2 e 3 da dissertação. O capítulo 4 descreve, de modo detalhado, a construção do PTT, bem como a elaboração das propostas didáticas gerais e específicas para os livros do *site*.

O produto foi apresentado através de videoconferência na plataforma *Zoom* ou *Meet* agendada pela Secretaria do município para professores que lecionam no Ensino Fundamental na cidade de Boa Esperança – MG. Após conhecerem o *site*, foi disponibilizado um questionário *online* pelo *Google Forms*, com dez perguntas para que fossem respondidas de modo discursivo sobre o produto e fossem dadas suas impressões sobre ele. O objetivo é que o PTT seja efetivamente útil ao professor que contribua e agregue em suas aulas quando tratar do referido tema. Isto posto, com o mapeamento das respostas obtidas, é possível verificar se o *site* atingiu sua finalidade concretamente, como uma ferramenta de auxílio aos professores, contribuindo ao ensino sobre um tema ainda árduo e difícil para muitos.

Com relação à aplicabilidade e estrutura do produto, o *website* é um PTT para promoção dos direitos humanos em sala de aula, tematizando os refugiados a partir da literatura infanto-juvenil contemporânea. Assim, foram construídas propostas didáticas para o uso dos livros selecionados que figuram no *website*, considerando o público-alvo, as competências gerais da BNCC e as competências específicas e habilidades de cada disciplina.

As propostas didáticas indicam um caminho de abordagem dos livros por meio de etapas: (1) contextualizando a situação de refúgio (explicação do conceito de refugiado e depoimentos); (2) começando a jornada (falar do livro específico: sinopse/autor/entrevistas); (3) conhecendo as personagens (apresentação dos personagens do livro); (4) entendendo o conflito (apresentação do conflito real de que trata o livro por meio de reportagens, depoimentos, vídeos, filmes etc.); (5) abordando o tema (uma atividade final a partir das discussões derivadas do livro). Elas funcionam como uma espécie de indicação de leitura na medida em que exploram alguns aspectos fundamentais de um texto literário, servindo como um guia para que o professor aborde e tematize o refugiado em sala de aula.

É importante dizer que a aplicação do PTT se deu na prática de estágio supervisionado, realizada no quarto período do curso, de modo remoto, devido à pandemia da Covid-19, e teve a função de testar a eficácia do produto. A resposta à sua aplicação foi feita mediante questionário com os professores do Ensino Fundamental.

Este estudo apresenta uma estrutura que será pormenorizada a seguir.

No segundo capítulo são apresentadas algumas reflexões sobre a leitura e a literatura infanto-juvenil e os processos de humanização, conscientização e respeito ao outro que o texto literário pode proporcionar.

O capítulo seguinte trata dos Direitos Humanos, sua história e evolução, além de apresentar a importância da educação em Direitos Humanos para a acolhida no trato aos refugiados presentes na sociedade e nas instituições de ensino.

O quarto capítulo apresenta o produto técnico-tecnológico, como um poderoso auxiliar para o professor preocupado com a formação dos seus alunos.

O referencial teórico utilizado para esse trabalho valeu-se de autores nacionais e estrangeiros que deram embasamento aos temas abordados: literatura, literatura infanto-juvenil, direitos humanos, educação em direitos humanos e refugiados, bem como os documentos e legislações pertinentes ao tema. Essa fundamentação foi necessária e justificou a importância de se construir um produto técnico-tecnológico como auxiliar dos professores no processo ensino-aprendizagem.

O quinto capítulo apresenta o questionário respondido pelos professores convidados a participar da avaliação/validação do produto com comentários sobre as respostas apresentadas.

2 REFLEXÕES SOBRE LEITURA E LITERATURA INFANTO-JUVENIL, CARACTERÍSTICAS E FUNÇÕES

Na pré-história, quando grupos humanos começaram a se comunicar, histórias eram contadas em volta de fogueiras. Reais ou imaginárias, adultos e crianças ouviam com interesse as histórias que se relacionavam ao seu cotidiano repleto de animais ferozes, grupos hostis e caçadas bem-sucedidas. Mais tarde as crianças, agora adultas, continuaram a contar histórias ou a registrá-las em desenhos nas cavernas, preservando a tradição cultural do grupo, conforme observado por antropólogos e arqueólogos que estudam o homem pré-histórico.

Povos mesoamericanos, andinos, asiáticos, europeus, africanos sempre procuravam registrar seus feitos para a posteridade. Com registros escritos ou desenhados em pedras, papiros, pergaminhos, suas histórias surgem das sombras do tempo para nos contar seu esplendor, declínio e glória. Da mesma forma, havia a preocupação de que esses registros não se perdessem nas guerras e submissão a outros povos. Contando histórias a seus filhos, que as contariam a seus netos e, assim por diante, esperavam que a sua história e a de seu povo, permanecesse sempre viva e respeitada.

Contar e ouvir histórias é uma atividade que traz grande prazer e estimulam a imaginação. O homem primitivo buscava explicações para a chuva, o vento, o dia, a noite, as águas, os animais e tudo o que compunha o ambiente em que vivia. Tudo o que via tornava-se simbólico e sagrado, como o sol, a lua e o fogo. Ao superar gritos e sons passou a emitir a palavra que lhe permitiu a comunicação e o desenvolvimento da cultura, enriquecendo suas experiências, relações sociais e unidade do grupo.

Esse processo de falar e ouvir evoluiu para a escrita que manteve a herança cultural, diminuiu distâncias, aproximou povos e revelou aos leitores novos mundos, sociedades, culturas e maneiras de ser e viver. Ler, escrever, registrar experiências fazem parte dos vários momentos da história de cada indivíduo, que constrói sua visão de mundo e do outro ao longo do tempo e a partir de experiências vividas e valores internalizados. Por este motivo, é importante a formação de leitores críticos e criativos, um desafio que exige do educador uma base teórica sólida para o exercício da prática pedagógica. Crianças e jovens são seres em formação e quando bem orientados podem se tornar pessoas mais críticas, criativas e generosas, desenvolvendo a empatia para com os outros.

Carlos Afonso, citado por Cavalcanti, aponta que

[...] pode-se ler tudo ou quase tudo na escola. Desde as revistas, jornais, enciclopédias, textos de autor... até o que a imaginação permitiu [...]. Porque ler o mundo é, também, descobrir que esse mundo é feito de pessoas. E que elas são todas diferentes porque cada uma é única. Descobrir esse mundo que habita na profundidade outro é também algo que se consegue com a leitura (CARLOS AFONSO, 2001 *apud* CAVALCANTI, 2014, p. 08).

Uma das formas que pode ser utilizada para contribuir com essa construção é a literatura. Através dela, o homem conhece sua história e a dos outros, percebe que não está só e que faz parte de uma sociedade que o recebeu e o integrou à sua cultura.

Segundo Cavalcanti,

O texto literário é mais do que suas estruturas discursivas, ele extrapola esse universo concreto para adentrar-se nas construções do imaginário de cada leitor; realizado no poético que é da ordem do ontológico. Portanto, o elo que estabelece com a realidade é a possibilidade de sentido que a escrita proporciona (CAVALCANTI, 2014, p. 13).

O mundo da leitura traz descobertas surpreendentes. O leitor descobre que faz parte de um todo universal, mas, ao mesmo tempo, se percebe único, com experiências vividas só por ele e que fizeram parte da sua construção como um homem socializado, consciente e humanizado.

2.1 Literatura: características e funções

Hoje, com a evolução da tecnologia e a emergência de mídias digitais, tudo parece vir pronto, embalado e de acordo com as preferências do consumidor. No entanto, a literatura destinada ao público infanto-juvenil vai além do mundo real. Castelos encantados, heróis, vilões, princesas, duendes, sofrimento e redenção fazem parte desse universo encantado estimulado pela sua imaginação.

Carlos Afonso continua a expressar seu pensamento ao declarar que

[...] a literatura infantil propõe o contrário. Abre o horizonte ao desafio de ir para além do real, até o castelo encantado onde habitam os seres mais incríveis que se queiram criar. Ao ouvir ou ler uma história, a criança vai dando corpo à fantasia, criando imagens que não têm forçosamente de ser iguais às do colega. E porque é que ela não pode inventar um mar cor-de-rosa ou uma cegonha velha e cansada transportando dois bebês? (AFONSO *apud* CAVALCANTI, 2014, p. 09).

A criança circula livremente ao mundo da imaginação e no mundo real. Às vezes ela é uma princesa ou um herói, outras, é uma sereia de um mundo submarino perdido nos oceanos.

A leitura literária permite a seus leitores criar novos conceitos em relação à sua realidade e aos outros diferentes de si. Ela “pode ser o espaço fantástico para a expansão do ser; exercício pleno da sua capacidade simbólica vista trabalhar diretamente com elementos do imaginário, do maravilhoso e do poético. Amplia o universo mágico, trans real da criança para que esta se torne adulto mais criativo, integrado e feliz” (CAVALCANTI, 2014, p. 39).

Para que as crianças e os jovens de hoje tornem-se cidadãos reflexivos e conscientes é preciso instrumentalizá-los no código linguístico e estético, ressignificando sua realidade e os tornando leitores de si e do outro. As histórias destinadas a crianças e jovens falam sobre o ser humano, vida e morte, bem e mal, qualidades e defeitos, coragem e covardia, comportamento ético e valores morais que são estimulados pelas narrativas apresentadas.

Para Cavalcanti, as histórias apresentadas “[...] têm muito mais importância do que se pode pensar; porque elas falam da vida, de homens e mulheres, valores, crenças, desejos, morte, bem, mal, poder, coragem, astúcia, esperteza, preguiça, gula, cobiça, enfim do infinito e grandioso universo humano” (CAVALCANTI, 2014, p. 55).

Cabe ao educador estimular e motivar o leitor infanto-juvenil e despertar o prazer e a consciência da importância da leitura na vida de cada pessoa. Cavalcanti acredita que, “[...] com a história nas mãos, nos olhos e no sentir”, os leitores podem realizar “[...] as tantas descobertas que cada uma dessas atividades pode oferecer. Com as crianças e os jovens outrashistórias surgirão, e junto com elas muitas vidas a serem vividas e acolhidas” (CAVALCANTI, 2014, p. 85).

As necessidades evidenciadas neste mundo globalizado exigem a construção de um olhar diferenciado em relação ao ato de ler e à prática da escrita. A plena participação do indivíduo na sociedade envolve a leitura e a escrita no seu dia a dia, facilitando o acesso à informação e à promoção de atividades. A obra *A construção da leitura e da escrita*, aponta que:

A leitura precisa ser vista como um processo no qual o leitor realiza um trabalho de construção do significado do texto, a partir do conhecimento de mundo, dos conhecimentos linguísticos, da intencionalidade do autor, entre outros. O texto, nesta perspectiva, não pode ser mais considerado como algo pronto e acabado, mas como um conjunto de pressupostos, intenções, implícitos que, somados aos fatores contextuais e intertextuais que evoca, criam um universo de leitura a ser desvendado pelo leitor (BORTONE; MARTINS; RICARDO, 2008, p. 11).

Conforme observado, um texto é construído pelo leitor que lhe dá um significado a partir dos seus conhecimentos, experiências e da percepção das intenções do autor. A falta de leitura pode trazer grandes dificuldades em compreender de forma crítica a sociedade em que se vive.

Por meio da leitura que se desenvolve a imaginação tão presente nas crianças. Há um enriquecimento do vocabulário, desenvolvimento da criatividade, sensibilidade, escrita e o prazer de escrever.

O trabalho com textos literários tem papel importante na formação de sujeitos críticos e reflexivos. Para os professores, a literatura é um recurso didático de grande aplicação e valor no processo ensino-aprendizagem, além de ser um importante motivador para formar futuros leitores críticos-reflexivos, ampliando sua visão de mundo. Como bem diz Cavalcanti (2014, p. 16), “a Literatura se faz da palavra e além dela. Algo não possível de dizer; ausente no espaço vazio das entrelinhas, pronto para fazer-se presente no sentido do inesgotável”.

A literatura deve ser levada à sala de aula como um objetivo a mais para a formação de um cidadão capaz de atuar positivamente na sociedade. Um ensino de qualidade deve oferecer a seus alunos a possibilidade de ampliar seus conhecimentos em contato com obras clássicas nacionais e estrangeiras direcionadas à infância e à adolescência. Esse processo de formação do leitor deve ser assumido, também, pela família, sobretudo na construção do hábito de se contar histórias em casa, mostrando aos jovens as ilustrações dos livros. A leitura exige esforço, treino, capacitação, acumulação.

A literatura infanto-juvenil sempre foi considerada um gênero menor. Como até pouco tempo a criança era vista como um adulto em miniatura, os textos destinados a crianças e jovens eram adaptações de textos para adultos. Muitas das obras lidas em nossa infância e adolescência, por exemplo, são clássicos da literatura universal, como *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, e *As viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, romances fundadores do gênero, publicados no século XVIII, priorizando o aspecto aventureiro de suas histórias. Nessas duas obras, em meio a discussões sobre modelos sociais e civilizatórios vigentes e imaginários, emerge a capacidade fantasiosa e aventureira do jovem leitor, alçado ao papel de herói-desbravador de novos mundos.

Existem divergências quanto à origem da Literatura Infantil. A história nos mostra que a literatura infanto-juvenil nasceu no meio popular, com seus valores e padrões a serem incorporados pela comunidade. Para alguns autores, ela se inicia com as narrativas orais sobre fábulas, mitos, aventuras heroicas e religiosas. Para outros, com a invenção da imprensa, no Renascimento, como comenta Carmen Bravo Villasante, quando a criança tomou contato com o livro impresso, pôde manusear livros que seriam difíceis enquanto manuscritos (VILLASANTE, 1953 *apud* GÓES, 2012, p.79).

Certos autores afirmam que as histórias para crianças surgiram no século XVII; outros, como Fryda Mantovani, com a idade oral do mito transmitido a viva voz à infância grega e

romana (MANTOVANI, 1974 *apud* GÓES, 2012, p. 76). Com certeza, civilizações mais antigas que a grega e romana também contavam histórias para suas crianças.

Conceituar o que seja a literatura infanto-juvenil é algo bastante complexo, visto que ela faz parte do grande campo literário. Um aspecto específico está, claro, no público-leitor a que ela se destina, crianças e jovens, sendo estes dois segmentos particulares que vão diferir no uso da linguagem e na complexidade de abordagem e de temas. O fato é que os textos literários escritos para crianças e jovens são representantes do campo da literatura.

Cavalcanti destaca a importância da Literatura ao declarar:

Apropriando-se do simbólico, a literatura é expressão artística que serve como meio de catarse e sublimação para os anseios, angústias, conflitos e buscas de homem. Faz, então, emergir uma liberdade de espírito, algo como deixar acontecer as coisas do mundo, sem o compromisso da culpa. Mas, está para além da catarse e da sublimação, porque é capaz de tornar-se a própria vida (CAVALCANTI, 2014, p. 12).

Para Lúcia Góes, em *Introdução à Literatura Infantil e Juvenil*,

Literatura é arte, é um ato criador que, por meio da palavra, cria um universo autônomo, realista ou fantástico, onde os seres, coisas, fatos, tempo e espaço, mesmo que se assemelhem aos que podemos reconhecer no mundo concreto que nos cerca, ali transformado em linguagem, assumem uma dimensão diferente: pertencem ao universo da ficção (GÓES, 2012, p. 12).

Tanto Cavalcanti, como Góes destacam aspectos da literatura que apesar de diferenciados se complementam.

Fantasia e realidade estão relacionadas; muitos mitos buscam responder a razões do mundo físico e da sociedade. Ainda que o conceito de literatura não seja estático e que incorpore valores e visão de mundo da sociedade, como arte ela registra a presença do homem no mundo e eterniza seus atos e pensamentos. Para Góes (2012, p. 27), a literatura “[...] é linguagem carregada de significados até o máximo grau possível e dirigida ou não às crianças, mas que responda às exigências que lhe são próprias”, permitindo releituras e oferecendo novas dimensões para o leitor. O fato de ser dirigida ou não às crianças é irrelevante desde que interesse às crianças.

Nelly Novaes Coelho, na sua obra *Literatura Infantil: teoria, análise, didática*, observa que:

Literatura é um fenômeno de linguagem plasmado por uma experiência vital/cultural direta ou indiretamente ligada a determinado contexto social e à determinada tradição histórica. [...] Literatura é arte e, como tal, as relações de aprendizagem e vivência que se estabelecem entre ela e o indivíduo, são fundamentais para que este alcance sua formação integral (sua consciência do eu + o outro + mundo, em harmonia dinâmica) (COELHO, 2020, p. 10).

Concordando com Góes, que associa literatura à arte, Coelho considera que a literatura é a mais importante das artes, pois sua matéria é a palavra, que caracteriza o ser humano, e está diretamente ligada ao domínio da leitura e da cultura, por isso, acentua que, “[...] a atual preocupação dos estudiosos, pesquisadores, educadores e organismos educacionais com a literatura para as novas gerações”, uma vez que “[...] ela vem sendo redescoberta também como o grande espaço de convergência das multilinguagens que se cruzam no cenário contemporâneo” (COELHO, 2020, p. 11). Juntamente com a literatura, outras manifestações artísticas são igualmente importantes na educação e formação das crianças e adolescentes.

Na perspectiva de Góes, a literatura, independentemente da faixa etária do leitor, permite “[...] a livre reflexão e posterior ação sobre a realidade e uma atitude espontânea para entrar e fazer parte do universo criado pela palavra literária”. A autora chama a atenção, no entanto, para como essa liberdade, no texto literário destinado a crianças e jovens, “[...] concorre para a formação desse ser em desenvolvimento, pelo fascínio e encantamento de transitar entre a realidade e a fantasia e, como no jogo, propiciar uma separação espacial em relação à vida cotidiana” (GÓES, 2012, p. 71).

Bruno Bettelheim, aponta que: Para que uma história realmente prenda a atenção da criança, deve entretê-la e despertar a sua curiosidade. Contudo, para enriquecer a sua vida, deve estimular-lhe a imaginação: ajudá-la a desenvolver seu intelecto e a tornar claras suas emoções; estar em harmonia com suas ansiedades e aspirações, reconhecer plenamente suas dificuldades e, ao mesmo tempo, sugerir soluções para os problemas que a perturbam (BETTELHEIM, 2016, p. 11).

Curiosidade, imaginação, emoção, obstáculos que surgem no caminho e as soluções encontradas para resolvê-los são, na opinião de Bettelheim, ingredientes de uma boa história. O cotidiano de crianças e jovens está, hoje, repleto de violência, ódio e intolerância, visto que os meios de comunicação escancaram pela televisão estas demonstrações, provocando, nestes, insegurança e medo, por esse motivo,

Devemos lembrar que a vida ensina que os piores exemplos são vistos e vividos pelas crianças e jovens. Se o que se lê não se esquece, como se esquecerá o que se vê? Nos dias de hoje, a criança convive com a violência através de todas as formas de comunicação. Também não há mais separação entre o mundo dos adultos e o das crianças. Televisão, cinema, novelas, revistas, nem sempre adequados, mas que estão aí. Lutemos, pois, por uma Literatura para Crianças e Jovens que seja ocasião de crescimento (GÓES, 2012, p. 71).

Góes observa que os meios de comunicação acessados por sua família e pela criança fazem com que todos convivam com situações de violência e banalização da criminalidade e da

morte, sem contribuir para a sua educação e formação. Como uma forma de minimizar esses efeitos negativos, Coelho aponta que, nos textos literários destinados a crianças e jovens,

[...] estão sendo nomeados valores que integrarão a nova mentalidade futura. Para utilizar a literatura como agente formador, o professor precisa acompanhar as mudanças sociais que estão ocorrendo, reorganizar sua consciência de mundo e sua atuação profissional (COELHO, 2020, p. 18).

Nesse caso, é importante considerar que valores tradicionais estão sendo substituídos por novos, presentes na literatura contemporânea, incorporando temas atuais e abordagens diferentes. A 2ª Guerra Mundial, como todas as guerras, revelou povos e culturas até então pouco conhecidos. Para estimular o conhecimento e a valorização de outras culturas, a literatura infanto-juvenil desempenhou um importante papel. Personagens, contextos e culturas diferentes trouxeram um novo olhar para o “outro”, como os judeus no holocausto e os negros no apartheid. Com a comunicação global, os inuítes, os indígenas e outros povos pouco conhecidos começaram a ser estudados.

No século XX, os intensos fluxos migratórios trazem à tona a discussão sobre a multiculturalidade, a integração entre culturas diferentes, a tolerância e o respeito ao outro. As obras literárias dedicadas ao público infanto-juvenil trazem sensibilidade a uma realidade social que se faz cada vez mais presente. Além disso, as minorias emigradas começam a ter voz. Suas histórias e sua cultura começam a interessar as editoras. Esse novo nicho literário possibilita um conhecimento maior dos grupos que deixam seu país de origem por diversas razões e buscam viver em outro país que os acolham.

2.2 Texto literário e o processo de humanização e do respeito à alteridade

As histórias contadas pelos imigrantes e refugiados nos aproximam da nossa história esquecida pelo tempo. As narrativas de vida contadas nos livros infanto-juvenis trazem uma realidade social que não pode ser desconsiderada, mas, ao mesmo tempo, trazem uma mensagem de esperança e otimismo, uma perspectiva positiva de futuro que deve motivar o jovem leitor. São histórias concretas e reais, não enaltecem guerras ou conquistas, mas dão voz a pessoas anônimas que contam sua história, aliviadas por estarem vivas para contá-las (COLOMER, 2017, p. 205).

Pode-se mesmo falar da incorporação de “vozes ausentes” e silenciadas nos livros didáticos, como as das minorias étnicas, pela literatura infanto-juvenil mais contemporânea,

permitindo a discussão dos estereótipos, preconceitos e discriminações, para a construção de valores culturais pautados na alteridade.

Essa seria, no entender de Antônio Candido, no texto “O direito à literatura”, uma das funções da literatura, a de promover o processo de humanização:

Entendo aqui por *humanização* [...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (CANDIDO, 2004, p. 180).

A leitura de obras infanto-juvenis deve ser considerada como um estímulo à criatividade, imaginação e interpretação do universo que cerca a criança e o jovem, ajudando-os na formação de sua personalidade, favorecendo um crescimento intelectual eficaz e pleno, pois, como nos lembra Candido, a função humanizadora atua na formação do próprio homem. Em outro texto, *A literatura e a formação do homem*, Candido diz que, além de a obra literária ser uma forma de conhecimento, uma forma de expressão e uma construção artística, “[...] ela significa um tipo de elaboração das sugestões da personalidade e do mundo que possui autonomia de significado; mas que esta autonomia não a desliga das suas fontes de inspiração no real, nem anula a sua capacidade de atuar sobre ele” (CANDIDO, 2002, p. 86).

A função de humanizar dá-se de uma forma libertadora, modificando a conduta, a percepção de mundo e reforçando os valores sociais. O texto literário permite aos seus leitores tornarem-se mais humanos, mais conscientes de si e do mundo e melhor preparados para agir nesse contexto. Além disso, contribui para o conhecimento da herança cultural da sociedade.

Para Luciano Cavalcanti, no artigo *Literatura e Direitos Humanos*, no qual faz a leitura de um poema de Drummond por meio das ideias de Candido, a concepção do crítico:

[...] revela as duas funções da literatura: a de promover a integração entre ela e a sociedade e sua função humanizadora e transformadora do indivíduo. Dessa maneira, a literatura teria o poder de ampliar a capacidade de alteridade do ser humano frente ao seu semelhante, por meio da reflexão, do pensamento organizado, transformando o caos em que vivemos em um cosmos, ou seja, um mundo organizado (CAVALCANTI, 2020, p. 02).

A literatura viabiliza uma análise integrada da realidade social com a construção de posturas democráticas e flexíveis, em uma abordagem multicultural comprometida com a formação de pessoas críticas e solidárias. Ela busca conhecer a diversidade cultural como condição para que se alcance o equilíbrio do ambiente social de forma mais ampla e a formação

de valores e de atitudes como possibilidade de construção de uma convivência saudável, em que o respeito ao outro seja condição para o desenvolvimento social de todos. Além disso, enfatiza o enfoque humanístico e cultural, preocupado com a valorização das opiniões, das crenças, dos costumes e dos valores para uma formação mais solidária, humana e cooperativa.

Coelho aponta que a literatura destinada a jovens e crianças se construiu sob dois principais conceitos e padrões de pensamento e comportamento, ancorados na perspectiva temporal. Isso significa dizer que temos, respectivamente, uma literatura infanto-juvenil tradicional e uma nova literatura infanto-juvenil. Nesse caso, há uma mudança de valores que norteiam a produção literária atual. São eles: o espírito solidário que substitui o individualismo; os heróis aventureiros e corajosos são substituídos pelo grupo ou personagens que questionam verdades impostas; o fazer e o ser, tão valorizados na educação, tendem a substituir a valorização do ter e do parecer acima do ser; a moral da responsabilidade ética substitui a moral dogmática. Há uma mudança nas relações homem-mulher, valorizando a mulher e rompendo com a superioridade masculina; o passado seguido como modelo surge como um redescobrimento, uma forma criadora, uma recriação que interage com o homem e o mundo e valoriza as raízes brasileiras; a literatura tradicional denunciou o racismo, limitando-se aos aspectos humanos e não focalizando as raízes político-econômicas.

Tal perspectiva está alinhada, também, com relação dicotômica de sua função, entendida ao longo de sua história. Isso porque essa literatura infanto-juvenil tradicional compreendia que sua função era educar crianças e jovens, servindo o livro como fonte de aprendizagem específica de seu leitor.

Predominava, assim, uma ideia de formação bastante limitada, visto que seu autor objetiva “ensinar” seu leitor sobre aspectos pontuais do mundo, como obedecer às regras impostas pela sociedade, nas quais estão inscritos códigos práticos de civilidade (COELHO, 2020, p. 19). Por outro lado, em obras da literatura infanto-juvenil atual, prevalece uma concepção do texto em sua “função estética” (“lúdica” ou “literária”), que está em sua capacidade de promover, por meio do deleite e do prazer da leitura, uma visão consciente do mundo e da existência, problematizando-a.

Considerando essa mudança de perspectiva valorativa, observada por Coelho, hoje, as diferentes culturas e etnias são valorizadas pela literatura infanto-juvenil, com personagens em pé de igualdade e considerando situações que ferem o princípio da dignidade humana inaceitáveis, como demonstrações de preconceito. Como expressão resultante de cada época, repercutindo os ideais e valores que servem de fundamento à sociedade, a literatura traz marcas ideológicas, temporais, sociais, culturais e políticas que possibilitam a reflexão sobre a realidade

atual. A formação de um leitor presume alguém que compreenda o que lê, que possa aprender a ler, também, o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o que lê e outros textos já lidos. A leitura é uma interpretação crítica e personalizada do que se lê, levando em conta seu conhecimento prévio, experiência de vida e da sua realidade.

Candido aponta, no entanto, que:

Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem ea que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante (CANDIDO, 2004, p. 175).

Para Candido, a literatura retrata a sociedade, utilizando-se de diversas formas para apoiar suas manifestações ou servir de instrumento de denúncia e combate à quebra de seus valores.

Como expressão de uma época, com seus valores e ideias que fundamentam a vida em sociedade, a literatura retrata a ideologia e as influências sociais, culturais, políticas e éticas, permitindo uma reflexão e análise sobre a realidade.

Para Coelho,

[...] o que define a contemporaneidade de uma literatura é sua intenção de estimular a consciência crítica do leitor, levá-lo a desenvolver sua própria expressividade verbal ou sua criatividade latente; dinamizar sua capacidade de observação e reflexão em face do mundo que o rodeia; e torná-lo consciente da complexa realidade em transformação que é a sociedade, em que ele deve atuar quando chegar a sua vez de participar ativamente do processo em curso (COELHO, 2020, p. 151).

As noções de tempo, espaço, personagens, ação, linguagem sofrem, também, grandes transformações e apontam reivindicações dos direitos dos esquecidos e injustiçados da história, como mulheres, crianças, etnias diversas etc., que vão sendo incorporados aos temas literários, inclusive ao universo infanto-juvenil. Nesse sentido, a literatura funciona “[...] como agente de formação seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola”, reflete Coelho (2020, p. 151).

No livro *Introdução à literatura infanto-juvenil atual*, Teresa Colomer menciona que a literatura infanto-juvenil deve ter como funções o acesso ao imaginário social, o domínio da linguagem através das formas narrativas, poéticas e dramáticas do discurso literário e a socialização. Para ela,

[...] o imaginário é irreal, ilusório, fantástico. São as crenças, ideias, símbolos e opiniões de uma coletividade. A literatura infantil e juvenil tem como uma de suas funções permitirem estabelecer uma visão distinta de mundo pôr-se no lugar do outro

e ser capaz de adotar uma visão contrária, distanciar-se das palavras usuais ou da realidade em que alguém está imerso e vê-lo como se o contemplasse pela primeira vez (COLOMER, 2017, p. 19-21).

Para Colomer, a literatura inicia o acesso ao imaginário social, desenvolve a linguagem, socializa, abre as portas à fantasia e permite colocar-se no lugar do outro.

Além disso, os textos literários ajudam crianças e jovens a descobrir que existem palavras para descrever o exterior, para nomear o que acontece em seu interior e para falar sobre a própria linguagem (COLOMER, 2017, p. 27). Góes aponta, nesse sentido, algumas outras funções do texto literário infanto-juvenil: “[...] a leitura reflexiva, a aquisição do vocabulário, a aquisição de conceitos, assim como as preferências, o gosto pela leitura, à escolha de valores são adquiridos através da literatura. Suas funções são, portanto, amplas”. Quando se fala da função formativa do texto literário, Candido observa que esta não diz respeito a uma postura edificante ou pedagógica – ainda que a literatura destinada a jovens e crianças tenha exercido essa função em seu início, como vimos. Para o crítico,

A literatura pode formar mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa – o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. Longe de ser um apêndice de instrução moral e cívica [...], ela [a literatura] age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, - com altos e baixos, luzes e sombras (CANDIDO, 2002, p. 84).

Entre luzes e sombras ocorre a vida em sociedade e, com altos e baixos, o ser humano vai vivendo a própria vida. Longe de ser só boa e bela, a experiência vivida educa no sofrimento, nas incertezas e nos fracassos não esperados. Ao final, o resultado é positivo porque a vida ensina lições que são aprendidas, não apenas com os acertos, mas também com os erros.

Conforme observado, para Candido, a literatura é um instrumento poderoso de instrução e educação, está nos currículos e é considerada no seu aspecto intelectual e afetivo. De acordo com o autor, a literatura transcende o aspecto da educação puramente formal e dos currículos padronizados. Nela, a Moral, a Estética e o Conhecimento, as palavras e as imagens se relacionam, exercendo influência na forma de pensar e agir do leitor.

Góes, ressalta no texto literário, “a função estético-formativa, a educação da sensibilidade, pois reúne a beleza da palavra e a beleza das imagens. O essencial é a qualidade de emoção e sua ligação verdadeira com a criança. Há emoções poéticas que, presentes ou não no livro infantil, são diretamente acessíveis a todas as crianças e jovens” (GÓES, 2012, p. 37)

Sensibilidade, afetividade e emoção são sentimentos que podem ser despertados nos alunos através da literatura, promovendo mudanças de comportamento. O prazer de ler deve ser despertado na criança. O gosto pela leitura estimula uma poderosa busca pelo conhecimento.

A respeito da função estético-formativa, Candido aponta que ela é resultado da soma de três aspectos, que não podem ser isolados: “construção de objetos autônomos como estrutura e significado, manifestação da expressão de emoções e visão de mundo de grupos e de indivíduos, e forma de conhecimento incorporado difusa e inconscientemente”. A seguir, continua a expressar sua opinião:

O efeito das produções literárias é devido à atuação simultânea dos três aspectos, embora costumemos pensar menos no primeiro, que corresponde à maneira pela qual a mensagem é construída; mas esta maneira é o aspecto, senão o mais importante, com certeza crucial, porque é o que decide se uma comunicação é literária ou não (CANDIDO, 2004, p. 176-177).

Góes (2012) destaca a educação da sensibilidade e da emoção associada às palavras e às imagens. Candido também apresenta a função estético-formativa, não só como expressão da emoção, mas chama a atenção à forma como a mensagem é construída. Conforme observado, Góes e Candido destacam a emoção e a sensibilidade que a função estético-formativa provoca no leitor.

No Brasil, a literatura infanto-juvenil sempre esteve ligada à escola, que entendia a leitura como instrumento de transformação pessoal e social, um requisito da cidadania. No entanto, a desigualdade socioeconômica e a exclusão de uma grande camada da população impedem o acesso ao livro por falta de condições materiais para adquiri-lo. Apenas uma pequena parcela da população tem condições de adquirir e ler livros de seu interesse e/ou necessidade é a camada de maior poder aquisitivo, tem maior escolaridade e está mais familiarizada com a leitura.

Quando se fala sobre literatura para crianças e adolescentes é inevitável o nome de Monteiro Lobato. Foi ele quem deu um contexto nacional às histórias contadas até então em um cenário estrangeiro e longe da realidade brasileira. Em 1921, publicou o livro *Reinações de Narizinho* e o *Sítio do Picapau Amarelo*, em que estabeleceu, através dos seus personagens, um diálogo com as questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Numa época repleta de preceitos religiosos, moral rígida e normas de convivência determinadas pela sociedade de então, Lobato surgiu com suas histórias, nas quais a moral não é absoluta e a liberdade e a criatividade são valorizadas e expressas em vários momentos vividos por seus personagens.

Autor da célebre frase: “um país se faz com homens e livros” (PATRIOTA, 2011, p. 153), ele apostou no livro nacional e criou a primeira editora brasileira: a Editora Monteiro Lobato e Cia. Mais tarde, fundou a Companhia Editora Nacional e, em 1944, a Editora Brasiliense. Estreou publicando *Saci Pererê* e lançou vários autores novos. *O Sítio do Picapau Amarelo* com Dona Benta, Tia Nastácia, Emília, Visconde de Sabugosa, Rabicó, Lúcia, Pedrinho, Quindim e tantos outros encantou as crianças, transformando o livro numa fonte de prazer e libertação. Ao escrever para crianças, fez com que conhecessem a comida, as crenças e as ricas tradições culturais brasileiras. Usando uma linguagem simples, misturou o maravilhoso, o imaginário com a realidade cotidiana, ao perceber que o mundo das crianças é diferente daquele que o adulto vê.

A partir de 1960-1970, com a obrigatoriedade de livros de autores brasileiros nas escolas, houve uma mudança e uma busca por uma linguagem mais brasileira. É possível pensar obras literárias infanto-juvenis brasileiras a partir dessas décadas em duas vertentes: obras inovadoras, que apontam um questionamento dos modelos tradicionais praticados na literatura destinada a jovens e crianças e obras continuadoras. O que distingue, essencialmente, as obras inovadoras das continuadoras é sua intencionalidade: as primeiras apresentam um questionamento do mundo e procuram estimular seus leitores a transformá-lo; as segundas buscam representar o mundo, mostrando os caminhos e os comportamentos que devem ser seguidos ou evitados na construção de uma vida mais plena (COELHO, 2020, p. 150-151).

A literatura infanto-juvenil brasileira contemporânea apresenta uma característica estrutural e estilística frequente: o uso de processos narrativos arcaicos (visto, por exemplo, nos contos maravilhosos) que são renovados ou redescobertos. Coelho observa treze aspectos dessa tendência geral: a efabulação, normalmente, começa de imediato; sequência narrativa não linear; uso de personagens-tipo na perspectiva crítica; predomínio do conto; voz narrativa “consciente da presença do leitor”; ato de contar se descortina mais ao leitor; variação temporal; espaço flexível; “consciência nativista”; exemplaridade perde seu valor de instrução pedagógica direta; uso do humor; alternância entre a intenção realista e a fantasista; ampliação dos recursos visuais do texto (COELHO, 2020, p. 151-155).

De acordo com Coelho, as linhas ou tendências da literatura infanto-juvenil contemporânea coexistem com a mesma força na produção literária. Destas, foram selecionadas cinco linhas básicas, das quais a que trata do Realismo Cotidiano com situações do dia a dia, desdobrado no Realismo Humanitário são obras que tratam do cenário humano, das relações afetivas, sentimentais ou humanitárias, objeto do presente trabalho (COELHO, 2020, p. 155-157).

Há, no Brasil, hoje, produções de livros infantis sem texto, para crianças que ainda não sabem ler. A imagem visual apresenta cenas do cotidiano, o que permite à criança de 3 a 4 anos se identificar com os elementos apresentados. O contato inicial com a literatura não exige o domínio do código escrito. No entanto, o que marca a vanguarda da Literatura infanto-juvenil brasileira é a qualidade crítica dos textos que criam uma nova linguagem e articulam a narrativa com a ilustração.

A maioria dos livros atuais para o público infanto-juvenil retrata as histórias de adolescentes para adolescentes, para que os leitores se identifiquem com os personagens. De acordo com os pesquisadores, o que os adolescentes preferem são trilógicas mitológicas, vampiros e bruxos; histórias de amor, de mistério, de imortalidade, porque há forte identificação com os conflitos de personalidade, o amor que vence todas as convenções, a vida eterna sem limites, as amizades, a luta entre o bem e o mal. Existe também uma identificação dos adolescentes com os refugiados que enfrentam diversos momentos de medo e sofrimento, mas acabam por superá-los encontrando acolhida em outro país. Uma outra característica relacionada aos refugiados e à literatura é que ela serve para esquecer e para lembrar, trabalhando no campo da memória.

Michèle Petit, antropóloga francesa, ao tratar a literatura como um direito, assim se expressa:

Ao compartilhar a leitura cada pessoa pode experimentar de um sentimento de pertencer a alguma coisa, a esta humanidade, de nosso tempo ou de tempo passado, daqui ou de outro lugar, da qual pode sentir-se próxima [...]. ler não isola do mundo. Ler introduz no mundo de forma diferente. O mais íntimo pode alcançar neste ato o mais universal (PETIT, 2008, *apud* GRAZIOLI; COENGA, 2018, p. 95).

Segundo a autora, a leitura traz ao leitor a sensação de pertencimento, de se envolver e vivenciar um outro universo diferente do seu, ajudando-o a construir-se como pessoa e a afirmar-se como um ser mais humanizado e universal.

A seguir, Petit (2008) mostra o quanto a leitura é importante na vida das pessoas:

Não é luxo poder pensar a própria vida com a ajuda de obras de ficção ou de testemunhos que tocam o mais profundo da experiência humana. De obras que nos ensinam muito sobre nós mesmos, e muito sobre outros países, outras vidas, outras épocas. Parece-me inclusive que seja um direito elementar, uma questão de dignidade. (PETIT, 2008 *apud* GRAZIOLI; COENGA, 2018, p. 112).

A autora destaca a importância da leitura de obras destinadas ao público infanto-juvenil, voltadas para a realidade e as adversidades, tão presentes no cotidiano das pessoas. Conforme

Petit coloca, a literatura deve ser um direito de todos e uma valorização de experiências e fatos narrados que contribuem para dar uma nova dimensão aos atos humanos. O direito à leitura atende a uma necessidade de crianças e jovens, com maior ou menor poder aquisitivo, que buscam dar um sentido à sua vida.

Essa é a intenção do Produto Técnico-Tecnológico (PTT): provocar uma impressão forte em quem lê as histórias dos refugiados, sensibilizando-se com seus personagens e se sentindo participante, pronto a incorporar à sua experiência humana o que o escritor lhe oferece como expressão da realidade.

Quando se pensa nesse trabalho como um todo, é Antônio Candido que consegue costurar com o fio da humanização a trama tecida pela literatura, os Direitos Humanos e refugiados. Para ele, “[...] pensar em direitos humanos tem um pressuposto: reconhecer que, aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo” (CANDIDO, 2004, p. 172). Há a tendência de achar que temos mais direitos e que eles são mais urgentes do que os do próximo. Por isso, pensar no sentimento do próximo, mesmo sem agir em benefício dele, já é um progresso.

Para Candido, a literatura nos humaniza, nos torna mais compreensivos com os nossos semelhantes. Ela tem uma posição social e humanitária quando se trata dos direitos humanos. Muitas vezes, ela se torna uma literatura social quando assume posições éticas, políticas, religiosas ou humanísticas (CANDIDO, 2004, p. 180-181). Pelo fato de apresentar as restrições ou a negação dos direitos, como os relacionados aos refugiados, a literatura infanto-juvenil que trata dos refugiados tem muito a ver com os direitos humanos. Segundo ele, a literatura confirma a humanidade do homem, e essa função humanizadora provocada pelo escritor que produz a obra, causa um impacto no leitor (CANDIDO, 2002, p. 88-89).

A leitura de obras sobre pessoas em situação de refúgio destaca a questão dos direitos humanos. O respeito ao outro que apesar das adversidades ainda encontra uma motivação para viver, está presente nas indicações de leitura do PTT. As instituições de ensino devem enfatizar os princípios e valores que regem a sociedade e disciplinam o comportamento de todos; dentre eles, a valorização do outro, como o refugiado.

3 DIREITOS HUMANOS: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, REFUGIADOS E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A história dos Direitos Humanos pode ser relatada a partir de vários momentos históricos, como a Segunda Guerra Mundial e sua consequente Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Contudo, vamos mais longe: voltemos no tempo e cheguemos aos hebreus. Antes deles, vários povos da Antiguidade acreditavam em um só deus, como no Egito do faraó Amenóphis IV, que, no ano de 1375 Antes da Era Comum (AEC), cultuava o deus Aton (PINSKY; PINSKY, 2003, p.15).

Os judeus conceberam, também, um deus único. Entretanto, este exigia um comportamento ético de seus seguidores e era muito comprometido com a pobreza, a fome, a solidariedade e a exclusão social. Esse monoteísmo ético formou a base das grandes religiões, como o cristianismo, o judaísmo e islamismo, constituindo-se, desta forma, nos antecedentes dos direitos humanos. No Império Romano, em 326 AEC, a Lei Poetélia Papíria, ao abolir a servidão por dívida, foi de grande importância social, trazendo liberdade aos mais pobres. Os romanos lutaram muito por sua liberdade, por sua honestidade, por sua dignidade de nascimento e preservação da liberdade, conseguindo grandes conquistas como a Lei Hortênsia, de 287 AEC (PINSKY; PINSKY, 2003, p. 55).

Em 122 AEC, nova lei romana buscou garantir mais direitos aos cidadãos, permitindo a possibilidade de recorrer do abuso e o amplo acesso à informação dos direitos. O amor à liberdade estava na base da cidadania romana, a liberdade negativa, ou seja, a liberdade de não se submeter à vontade de outrem. Muitos pensadores modernos veem aí os fundamentos da liberdade individual, ou seja, um cidadão livre deve ser aquele capaz de agir segundo seu próprio juízo e direito. Roma criou, também, o voto secreto como liberdade cidadã. O cristianismo recebeu apoio popular pelos serviços no campo social e humanitário, favorecendo sua atuação e expansão nos territórios percorridos pelos seus apóstolos e adeptos (PINSKY; PINSKY, 2003, p. 94).

Com o Renascimento, o mundo é descoberto e, por sua vez, o próprio homem, já que ele passou não apenas a traçar o seu destino, mas também a ter total capacidade de explicá-lo. O ponto de partida para o desenvolvimento dos direitos do homem e do cidadão está localizado no século XVII, com a Revolução Inglesa de 1640. Com o desenvolvimento dos direitos relacionados aos conflitos sociais, três direitos foram conquistados: direitos civis, no século XVIII; os direitos políticos, no século XIX e os direitos sociais, no século XX (PINSKY; PINSKY, 2003, p. 116).

As liberdades individuais são uma conquista universal, inserindo-se nas suas várias formas (liberdade de pensamento e expressão, liberdade de ir e vir, tolerância religiosa etc.). Com o tempo, alguns fundamentos universais como, “a lei deve ser igual para todos” trouxe outra necessidade histórica: a igualdade para os iguais e a desigualdade para os desiguais. O século XVIII é considerado um século em que muitos acontecimentos históricos (Independência Norte Americana, Revolução Francesa e queda da Monarquia, Revolução Industrial) e religiosos (Reforma e Contra Reforma) ocorreram. É nesse século que se inicia a construção do homem comum como sujeito de direitos e que a ideia da felicidade nasce como uma meta a ser alcançada por toda a sociedade sendo um privilégio de poucos (educação, alimentos).

A Independência dos Estados Unidos da América (1776) trouxe um novo conceito de cidadania e liberdade que continua até a contemporaneidade.

Quando deixamos soar a liberdade, quando a deixamos soar em cada povoação e em cada filho de Deus, homens negros e brancos, judeus e cristãos, protestantes e católicos, poderão dar-se as mãos e cantar com as palavras do antigo *spiritual* negro: “Livres, enfim. Livres, enfim. Somos livres, enfim” (PINSKY, 2003, p. 156).

Martin Luther King Jr., em seu discurso, cobra da tradição protestante e a Independência, bases para reivindicações de igualdade no século XX.

Com a Revolução Industrial e a produção de bens, o homem pode sonhar com uma nova sociedade não utópica, mas com possibilidade de reduzir a miséria, a pobreza, a falta de acesso à educação e à saúde; uma sociedade mais justa e igualitária na qual os direitos e as leis nasçam com o próprio homem. Todos os homens nascem iguais, sejam eles quem forem, venham de onde vierem, sem exceção. Os direitos que vão servir de incentivo à luta contra a opressão e a exploração são a igualdade, a liberdade e a fraternidade.

A Independência Americana foi acompanhada de uma Declaração de Independência que concretizava os ideais do século XVIII, que eram o direito à vida, à liberdade, à fraternidade e à igualdade entre os homens. Treze anos depois, a Revolução Francesa promulga a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. É uma declaração dos direitos civis dos homens, sem qualquer distinção em função da nacionalidade ou grupo étnico. As revoluções do século XVIII possibilitaram que as minorias fossem abrangidas pelos direitos civis. A Segunda Guerra Mundial, tanto quanto a Primeira, impulsionou a luta pelos direitos sociais e o sentimento de identidade nacional.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizou, em 1944, uma conferência, quando foi adotada a Declaração da Filadélfia, baseada na justiça social, que afirma serem todos

os seres humanos, independentes de raça, credo ou sexo detentores do direito ao bem-estar material, desenvolvimento espiritual, liberdade, dignidade, segurança econômica e oportunidades iguais, elevando os direitos sociais ao nível dos direitos humanos. Nesse período, no Brasil, foram instituídos o salário mínimo, a previdência social, o direito de organização sindical e o direito de greve; mais tarde, o 13º salário e o reajustamento anual do salário mínimo.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e o genocídio cometido pelos nazistas, e a morte de 40 milhões de civis e 20 milhões de soldados (ONU), governantes começaram a se reunir para criar leis que limitassem o poder do Estado e trouxessem mais garantias aos cidadãos, resultando na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Muitas Constituições posteriores adotaram seus preceitos, como o Brasil, na Constituição Federal de 1988. Com o tempo, novos direitos foram surgindo. No entanto, apesar das mudanças políticas ocorridas no Brasil, depois da ditadura militar e da retomada da democracia, há uma reiterada violação dos direitos humanos e a perda da memória histórica do país. Daí a necessidade de um compromisso ético, social e político do Estado e da sociedade civil organizada, para se traduzir em práticas transformadoras, capaz de abrir caminhos para a verdadeira democracia.

João Baptista Herkenhoff, na sua obra *Direitos Humanos: uma ideia, muitas vozes*, afirma que

O que hoje se entende por Direitos Humanos não foi obra exclusiva de um grupo restrito de povos e culturas, especialmente, como se propala com vigor, fruto do pensamento norte-americano e europeu. A maioria dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos foi verdadeira construção da Humanidade, de uma imensa multiplicidade de culturas, inclusive aquelas que não integram o bloco hegemônico do mundo (HERKENHOFF, 2001, p. 14).

Conforme observou Herkenhoff, os Direitos Humanos foram construídos, ao longo do tempo, em um processo contínuo. Eles não são estáticos, não ficaram estabilizados na Declaração Universal proclamada em 1948. Continuaram e continuam sendo elaborados e construídos no processo dialético da História. O entendimento dos Direitos Humanos suplanta, hoje, o texto de 1948.

Herkenhoff conceitua Direitos Humanos reconhecendo que devem ser garantidos pela sociedade organizada, por serem fundamentais e inseparáveis: “[...] são direitos fundamentais os que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua natureza humana pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir” (BUCCI; SALA; CAMPOS, 2012, p. 59).

Para Dalmo de Abreu Dallari, em seu livro *Direitos Humanos e Cidadania*, os direitos humanos representam “[...] uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles a pessoa humana não consegue existir ou não é capaz de desenvolver e de participar plenamente da vida” (DALLARI, 1998, p. 07).

Segundo observado por Herkenhoff (2012) e Dallari (1998), os direitos humanos estão associados à natureza humana que todo ser humano possui em toda a sua dignidade, conforme expresso no Prêambulo da Declaração Universal do Direitos do Homem, que considera a dignidade humana como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo e cabe à sociedade garantir que sejam cumpridos.

Na obra *Teoria Geral dos Direitos Humanos*, Fernando Barcellos de Almeida considera que

Direitos Humanos são as ressalvas e restrições ao poder político ou as imposições a estes, expressas em declarações, dispositivos legais e mecanismos privados e públicos, destinados a fazer respeitar e concretizar as condições de vida que possibilitem a todo o ser humano manter e desenvolver suas qualidades peculiares de inteligência, dignidade e consciência, e permitir a satisfação de suas necessidades materiais e espirituais (ALMEIDA, 1996 *apud* BUCCI; SALA; CAMPOS, 2012, p. 59).

Almeida busca vincular o conceito ao homem, enfatizando o respeito, a integridade material e espiritual e, no início do seu conceito, fala em ressalvas, restrições ao poder político.

Alexandre de Moraes, em seu livro *Direitos Humanos Fundamentais* reconhece que o tema e a finalidade dos Direitos Humanos, dada a sua importância, devem constar em todas as Constituições: “os Direitos Humanos colocam-se como uma das previsões absolutamente necessárias a todas as Constituições, no sentido de consagrar o respeito à dignidade humana, garantir a limitação de poder e visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana” (MORAES, 2000, p. 20).

Conforme observado, tanto Almeida quanto Moraes destacam a importância da dignidade do ser humano e as restrições ao poder político em benefício da sociedade. O respeito ao Direitos Humanos é a base de um verdadeiro Estado de direito democrático.

J. S. Fagundes Cunha, em sua obra *Os direitos humanos e os direitos de integração*, destaca a base moral dos Direitos Humanos:

Direitos Humanos são uma ideia política com base moral e estão intimamente relacionados com os conceitos de justiça, igualdade e democracia. Eles são uma expressão do relacionamento que deveria prevalecer entre os membros de uma sociedade e entre indivíduos e Estados. Os DH devem ser reconhecidos em qualquer Estado, grande ou pequeno, pobre ou rico, independentemente do sistema social e econômico que essa nação adota (CUNHA, 1998 *apud* BUCCI; SALA; CAMPOS, 2012, p. 60).

A ética e a moral são a base dos direitos humanos duramente conquistados através do tempo. Seja qual for o país e seu sistema político, o que deve imperar em uma sociedade são os princípios e valores que valorizam e protegem seus cidadãos. É constrangedor falar sobre Direitos Humanos no Brasil, considerado como um país de perversa desigualdade social, concentração de renda na mão de uma minoria detentora de poder, prestígio e privilégios, contrastando com as dificuldades da maioria da população, excluída de bens e serviços, que deveriam ser acessíveis a todos. Ou seja: direitos para todos é algo que não se realiza, assim como justiça para todos, pois esta é, na verdade, seletiva.

Educação, alimentação, moradia, saúde, água, luz, esgoto, trabalho, lazer, motivação para viver, esperança de um futuro melhor para os filhos deveriam estar presentes no cotidiano do brasileiro. Porém, o que se vê é violência, exclusão das minorias, falta de infraestrutura, de emprego, de alimentação adequada e políticas públicas que busquem melhorar a vida dos mais pobres. Carência, hipossuficiência, menor poder aquisitivo são palavras usadas por técnicos e políticos que poderiam fazer alguma coisa, mas, geralmente, nada fazem.

O que dizer, então, dos estrangeiros que aqui chegam para refazer sua vida, dar uma possibilidade de sobrevivência e futuro para seus filhos e só encontram hostilidade no lugar de acolhida e marginalidade no lugar de felicidade? Um estado democrático está fundamentado no respeito aos direitos humanos fundamentais. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 10.02.1948, adotada pelo Brasil, na Constituição Federal de 1988, no seu Art. 5º novas normas foram sendo criadas pelo Pacto de San José da Costa Rica, além da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

O Pacto de San José da Costa Rica (1994) reafirmou as diretrizes da Declaração de Cartagena e destacou o caso dos deslocados internos, cujo número crescia a cada dia naquela década (ANNONI; VALDES, 2013, p. 126). A Comissão Interamericana de Direitos Humanos pode iniciar procedimentos de estudos geográficos e elaborar relatórios apontando violação de direitos humanos e da obrigação internacional de respeitá-los. Além disso, dispõe que qualquer pessoa pode peticionar a comissão, alegando a violação de direitos humanos de terceiros (RAMOS, 2002, p. 225).

De acordo com Valério Mazzuoli, os direitos humanos têm origem em três princípios básicos: o da inviolabilidade da pessoa, o da autonomia da pessoa e o da dignidade da pessoa. Partindo destes princípios pode-se afirmar que todas as pessoas têm direitos à proteção, independentemente do sexo, raça, credo, afinidade política, *status* social, econômico ou cultural, devendo prevalecer a dignidade humana. Os direitos humanos são construídos, firmados pelo legislador, depois promovidos a direitos (MAZZUOLI, 2002, p. 65).

Para Moraes, autodeterminação, igualdade e não-discriminação são os três princípios que fundamentam os direitos e as garantias fundamentais. Autodeterminação é um princípio proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificado pelo Brasil, em 1945, afirmando que o direito dos povos e nacionais à livre determinação é um requisito prévio para o exercício pleno de todos os direitos humanos fundamentais. Igualdade é um princípio que prevê que todos os Estados são iguais perante a lei brasileira. Não-discriminação é um princípio que garante a todos os indivíduos os direitos e garantias fundamentais independentemente de sua raça, condição social, genealogia, sexo, credo, convicção política e filosófica. Ele busca defender as minorias étnicas (incluindo os indígenas e os estrangeiros), religiosas, linguísticas e políticas de discriminação (MORAES, 2000, p. 78).

Mazzuoli e Moraes mostram a relevância de se garantirem direitos a todas as pessoas sob todas as condições em que se encontram. (MAZZUOLI, 2002, p. 63). Direito, igualdade, liberdade são construídos na convivência coletiva, no acesso a espaços e bens públicos instituídos por um Estado democrático. Ao se destacar esses princípios e valores presentes nos Direitos Humanos, é importante observar como eles são associados às pessoas em situação de refúgio. A dignidade e o respeito ao refugiado só serão concretizados quando associados aos seus direitos civis, políticos, culturais, econômicos e sociais vivenciados em um Estado onde a democracia e a paz sejam considerados. Modernamente, a doutrina apresenta a classificação de direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira gerações, baseando-se na ordem histórica cronológica em que passaram a ser constitucionalmente reconhecidos.

Para Ramos, as revoluções liberais valorizaram o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Com o tempo, novos direitos foram agregados aos direitos tradicionais como a saúde, a habitação e o emprego (RAMOS, 2002, p. 12).

Os Direitos Humanos estão classificados em três gerações. Conforme Celso Lafer:

[...] o direito ao desenvolvimento, reivindicado pelos países subdesenvolvidos nas negociações, no âmbito do diálogo Norte/Sul sobre uma nova ordem econômica internacional; o direito à paz, pleiteado nas discussões sobre desarmamento; o direito ao meio ambiente no debate ecológico; e o reconhecimento dos fundos oceânicos como patrimônio comum da humanidade a ser administrado por uma autoridade internacional e em benefícios da humanidade em geral (LAFER, 1991 *apud* RAMOS, 2002, p. 12).

Está havendo, entre países mais desenvolvidos, uma preocupação crescente com o desenvolvimento de países subdesenvolvidos, o direito à paz e ao meio ambiente saudável. Fundos oceânicos como patrimônio comum a todos os países são os novos direitos que o desenvolvimento das sociedades está trazendo para discussões, observando as mudanças sociais que estão ocorrendo no mundo.

De acordo com T. H. Marshall, primeiro foram definidos os direitos civis, no século XVIII; depois, os direitos políticos, no século XIX e, por último, os direitos sociais no século XX. Paulo Bonavides mostra uma variação nesta classificação, apresentando os direitos em gerações. Na primeira são os direitos civis e políticos; na segunda, os direitos sociais, econômicos e culturais; na terceira, o direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade; e, na quarta, os direitos que compreendem a cidadania e a liberdade dos povos (BONAVIDES, 2000 *apud* MAZZUOLI, 2002, p. 56-57).

Os direitos fundamentais de primeira geração são os direitos e garantias individuais e políticos clássicos (liberdades públicas), surgidos, institucionalmente, a partir da Constituição Federal de 1988. Visam resguardar a dignidade, a liberdade e a igualdade humana. Como “[...] direitos da liberdade têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa e ostentam uma subjetividade que é seu traço mais característico; enfim, são direitos de resistência ou de oposição perante o Estado” (ÂNGELO, 1998, p. 24).

Themístocles Brandão Cavalcanti, referindo-se aos hoje chamados direitos fundamentais de segunda geração, que são os direitos econômicos, sociais e culturais, analisou que “[...] o começo do nosso século viu a inclusão de uma nova categoria de direitos nas declarações e, ainda mais recentemente, nos princípios garantidores da liberdade das nações e das normas da convivência internacional.” Entre os direitos chamados sociais, incluem-se aqueles relacionados com o trabalho, o seguro social, a subsistência, o amparo à doença à velhice etc. (CAVALCANTI, 1996 *apud* MORAES, 2000, p. 45).

Direitos de terceira geração são os chamados direitos de solidariedade ou fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado a uma saudável qualidade de vida, ao progresso, à paz, à autodeterminação dos povos e a outros direitos difusos que são, no dizer de José Marcelo Vigliar, os interesses de grupos menos determinados de pessoas sendo que, entre elas, não há vínculo jurídico ou fático muito preciso (Ação civil pública. S.P Atlas, 1997 *apud* MORAES, 2000, p. 45).

Karel Vasak identificou cinco direitos da fraternidade: o direito ao desenvolvimento; à paz; ao meio ambiente; o direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade; o direito de comunicação (ÂNGELO, 1998, p. 25).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 225 “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para

os presentes e futuras gerações.” Conforme afirmou o Supremo Tribunal Federal, “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: a consagração constitucional de um típico direito de terceira geração” (RTJ, 158/206 *apud* MORAES, 2000, p. 46).

Além das três gerações de Direitos Humanos já conhecidas e amplamente debatidas, há a tendência de reconhecer mais duas gerações. A quarta geração seria composta por direitos ligados à bioética e a quinta geração ligada a desenvolvimentos tecnológicos: cibernética, mundo virtual e manipulação de dados no contexto da rede mundial de computadores.

Paulo Bonavides, na sua obra *Curso de Direito Constitucional*, menciona os direitos fundamentais da quarta geração.

Há contudo, outra globalização política que ora se desenvolve, sobre a qual não tem jurisdição e ideologia neoliberal [...]. A globalização política na esfera da normatividade jurídica introduz os direitos da quarta geração. [...] São eles o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo. Quanto aos direitos de quinta geração, eles se sintetizam no direito à paz”. (BONAVIDES, 1996 *apud* ÂNGELO, 1998, p. 26)

Cabe observar que os direitos não se sucedem, mas funcionam de forma simultânea. Não existe uma separação, sucessão ou fragmentação entre os direitos, uma vez que são interdependentes. Apesar da incorporação do ordenamento jurídico nacional e internacional sobre os direitos humanos, a aplicação destes direitos é um desafio da sociedade e um esforço de todos para tornar o Brasil um país cada vez mais democrático.

3.1 Refugiados associados aos Direitos Humanos e dados estatísticos sobre a situação de refúgio no Brasil.

Refugiados são pessoas humanas que perdem a sua dignidade e o seu valor, onde imperam a barbárie, o medo, o terror. A vida humana se torna descartável e os seres humanos ficam desprotegidos e abandonados à sua própria sorte. Buscando, desesperadamente, preservar suas vidas e de seus familiares abandonam seu país e procuram um outro lugar que os acolha e integre. Celso Lafer, Ministro das Relações Exteriores, proferiu a seguinte mensagem no Centro Cultural Maria Antônia da Universidade de São Paulo (USP), em maio de 2001:

Um dos meios de que se valeu o totalitarismo para obter esta descartabilidade dos seres humanos foi o de gerar refugiados e apátridas. Estes, a se verem destituídos, com a perda a cidadania, dos benefícios do princípio da legalidade, não se puderam valer dos direitos humanos. Assim, por falta de um vínculo com uma ordem jurídica nacional, acabaram não encontrando lugar – qualquer lugar – num mundo como o do século XX, totalmente organizado e ocupado politicamente. Consequentemente, tornaram-se *de facto* e *de jure* desnecessários porque indesejáveis “*erga omnes*”, e acabariam encontrando o seu destino e lugar nos campos de concentração (LAFER, 2001, s.p.).

O Brasil aderiu ao compromisso internacional de proteção aos refugiados, pessoas que buscam asilo em outro país por diversos motivos, mas a questão fundamental é a preservação da sua vida.

Vinte anos depois, ainda sem lugar para viver, invisíveis para o mundo, os refugiados são colocados em Centros de Detenção nos países que buscam uma acolhida. “O refugiado, como regra, é pessoa proveniente de país cujo idioma oficial não é o português, e sua mentalidade é forjada por outros valores crenças e hábitos culturais estranho ao nosso modo de ser, pensar e agir” (NASCIMENTO, 2014, p. 77).

Para Annoni e Valdes,

[...] os refugiados constituem-se em espécie de deslocamento humano, composto por pessoas obrigadas a deixarem seu país de origem e buscarem refúgio em outro país, por fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas, enfim, por violação dos seus direitos humanos (ANNONI; VALDES, 2013, p. 21).

A Lei Brasileira 9474/97, baseada no Estatuto dos Refugiados de 1951, artigo 1º, reconhece como refugiado todo indivíduo que

sofre perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e que se encontrem fora de seu país de nacionalidade e não queira acolher-se à proteção de tal país; não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, devido a grave e generalizada violação dos direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (RODRIGUES, 2016, p. 43).

Conforme observado, os refugiados não podem recorrer aos seus próprios governos em busca de proteção porque, geralmente, os Estados são a fonte de perseguição e necessitam, portanto, de ajuda e proteção internacional.

A Declaração dos Direitos Humanos, no seu artigo 14, afirma que “[...] toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países” (MAZZUOLI, 2002, p. 135). Essa Declaração assegura o direito das pessoas de procurar asilo em lugar seguro, garantindo sua integridade e dignidade. No entanto, elas ficam à mercê do direito interno de cada país.

O asilo e o refúgio, embora sejam institutos diferentes buscam, ambos, a proteção da pessoa humana. O refúgio é um instituto jurídico internacional, de natureza pacífica, apolítica tendo alcance universal. É medida essencialmente humanitária, que abarca motivos religiosos, raciais, de nacionalidades, de grupo social e de opiniões políticas. O Refúgio segue as orientações da ONU e do direito dos refugiados. Cabe ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), avaliar os pedidos de refúgio dentro do país de acolhimento. Já o asilo é um

instituto jurídico regional, tendo alcance na região da América Latina. É medida essencialmente política, abarcando apenas os crimes de natureza política. É um acolhimento de estrangeiro por parte de um Estado diferente do seu, por algumas razões, como perseguição por dissidência política e opinião. É concedido a estrangeiro que tenha ingressado nas fronteiras do outro Estado. A concessão de asilo político a estrangeiro é ato de soberania estatal de competência do Presidente da República. Pode-se pedir asilo em uma embaixada, em um navio ou em um avião, no país de destino. (RODRIGUES, 2016, p. 72-73). Para o refúgio, basta o fundado temor de perseguição. Já para o asilo, há necessidade da efetiva perseguição. Ricardo Bown, na obra *Refugiados em busca de um mundo sem fronteiras*, aponta que

As trocas raciais e culturais fazem parte da cultura de um povo e a diversidade tanto pode gerar conflitos quanto contribuir para a harmonia uma vez que as diferenças são encaradas e respeitadas pelo simples fato de fazerem parte da nossa história. A história da humanidade é construída através da interação das pessoas no mundo. Cada indivíduo com sua experiência pessoal ajuda a formar a sociedade em que vive. E para a história ser transmitida de geração a geração, a tolerância, o respeito e a dignidade devem prevalecer (BOWN, 2011, p. 7-8).

Na contracapa da sua obra, está escrito que “[...] os refugiados são obrigados a fugir de seu país e buscar refúgio onde, muitas vezes, a acolhida vem acompanhada da discriminação e do preconceito” (BOWN, 2011 – contracapa). Por isso, importante é discutir a tolerância cultural, valorizar o humano nas sociedades e compreender que todos são semelhantes, independentemente da cultura, do gênero, da cor, da religião e das crenças políticas. Tanto o asilo como o refúgio buscam a proteção da pessoa humana.

Todavia, um país que respeita os Direitos Humanos, como o Brasil que os incorporou a Constituição e se considera democrático deve estar atento à situação dos refugiados que buscam acolhida em seu território. A Constituição Federal de 1988, Art.4º explicita que: a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: II- prevalência dos direitos humanos. Desde o século passado, violência, perseguições, conflitos religiosos, étnicos e ideológicos têm atingido milhares de pessoas, forçando-as a se deslocar para outras regiões ou países, tornando-se refugiadas. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ACNUR (1950), é considerado refugiado alguém que foge de uma discriminação severa ou tratamento desumano, violência sexual e estupro (RODRIGUES, 2016, p. 78).

O Parlamento Europeu, em 1984, determinou que mulheres que enfrentam tratamento cruel ou desumano porque parecem estar transgredindo a moral sociais devem ser consideradas um grupo social particular, determinando a condição de refugiada. Na França, Canadá e Estados Unidos, a mutilação genital é uma forma de perseguição e as mulheres que a temem

nos seus países podem reivindicar a condição de refugiada. O ACNUR (1950) também considera refugiado quem sofre ataques, tratamentos desumanos ou séria discriminação por sua homossexualidade, tratamento cruel e desumano em mulheres e mutilação genital, (RODRIGUES, 2016, p. 78-79) e cujos governos não podem ou não querem protegê-lo. A situação de refúgio exige a necessidade de acolhimento, hospitalidade, proteção e integração. É importante e positiva a presença de refugiados na comunidade que os acolheu. Eles podem contribuir com sua experiência, conhecimentos, determinação e trabalho. Mas conseguir regularizar sua situação não é tão fácil, pois, para ser reconhecido como refugiado, no Brasil, o indivíduo deve, primeiro, ingressar no território brasileiro por terra, mar ou ar. E, depois, procurar a Polícia Federal e solicitar refúgio.

Importante observar que a Polícia Federal não pode negar essa solicitação mesmo que o indivíduo tenha uma ordem de prisão internacional. Pedir refúgio é um direito internacional garantido pelo direito dos refugiados e pelas regras da ONU, assim como é proibida sua devolução ou deportação ao país de origem, até que a solicitação de refúgio seja decidida pelos órgãos competentes. O princípio da não devolução é um princípio geral, tanto dos Direitos dos Refugiados, como dos Direitos Humanos.

De acordo com a Convenção de 1951, art. 33, na Polícia Federal, a pessoa irá preencher um termo de declaração, indicando, também, seus dependentes.

Na sequência, irá receber um protocolo provisório que lhe permitirá uma residência provisória, carteira de trabalho e Cadastro de Pessoa Física (CPF) até a resposta definitiva ao seu pedido. Depois de obter o protocolo provisório, o solicitante será entrevistado por um agente do CONARE que irá se manifestar, deferindo ou indeferindo o pedido. Infelizmente, devido ao acúmulo de processos pela falta de funcionários, a resposta pode levar mais de dois anos. Se seu pedido for deferido, o refugiado terá direito à residência definitiva e identidade oficial de estrangeiro residente no Brasil. Se indeferido, cabe recurso ao Ministério da Justiça, que vai manter a decisão do CONARE ou conceder o refúgio. (RODRIGUES, 2019, p. 46)

O Instituto do refúgio apresenta alguns princípios fundamentais, entre eles: o princípio da não devolução; princípio da não aplicação da sanção pela entrada clandestina em um Estado; princípio da não discriminação.

O Princípio da não devolução é reiterado pelo art. 22, VIII, da Convenção Americana de Direitos Humanos (1951) (ANNONI; VALDES, 2013, p. 122-123). Em nenhum caso o estrangeiro pode ser expulso ou entregue a outro país, seja ou não de origem, onde seu direito à vida ou à liberdade pessoal esteja em risco de violação em virtude a sua raça, nacionalidade, religião, condição social ou de suas opiniões políticas. A Declaração de Cartagena (ANNONI;

VALDES, 2013, p. 122 - 123) de 1984 afirma: reiterar a importância e a significação do princípio da não devolução (incluindo a proibição do rechaço nas fronteiras), como pedra de toque da proteção internacional dos refugiados. Ele é a garantia de que jamais, mediante a recusa ou devolução, se ponha em perigo a vida ou a segurança do que busca refúgio ou do que tenha recebido.

A Convenção dos Refugiados 1951 (ANNONI; VALDES, 2013, p. 122 - 123) afirma que aqueles que escapam de um perigo não devem ser penalizados por entrar ilegalmente em um país, desde que se apresentem sem demora às autoridades e mostrem ter boas razões para a sua entrada ou presença legal. O Princípio da não discriminação estabelece regras quanto à documentação de viagem, de acordo com o art. 28 da Convenção de 1951, no qual está explicitado que os refugiados têm o direito de receber documentos que lhes permitam viajar para fora do país (ANNONI; VALDES, 2013, p.122 – 123).

A seguir, alguns dados estatísticos são apresentados sobre a situação de refúgio no Brasil.

Tabela 1 - Número de solicitantes de refúgio, segundo principais países de nascimento, Brasil – 2019 - 2020.

País de Nascimento	2019	2020
Total	82.552	28.899
Venezuela	53.713	17.385
Haiti	16.610	6.613
Cuba	3.999	1.347
China	1.486	568
Bangladesh	738	329
Angola	603	359
Síria	429	129
Colômbia	381	182
Senegal	363	209
Nigéria	331	213
Índia	312	
Marrocos	229	
Guiné Bissau	205	
Outros	3.153	1.565

Fonte: Baseada na elaboração pelo Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado – Brasil -2019-2020.

O cenário do deslocamento forçado nas Américas apresenta-se definitivamente marcado pela crise migratória venezuelana. No final de 2019, segundo dados das Nações Unidas, cerca de 4.5 milhões de venezuelanos encontravam-se em situações de deslocamento internacional forçado, dos quais 93.300 eram refugiados, 794.500 solicitantes de reconhecimento da condição

de refugiado e cerca de 3.6 milhões encontravam-se deslocados no exterior, localizados, principalmente, na Colômbia, Equador, Peru e Chile (ACNUR,2020).

Os pedidos de refúgio ocorrem por diversos motivos: reunião familiar, grave e generalizado desrespeito aos direitos humanos, raça / etnia, opinião política, grupo social.

Tabela 2 - Solicitações de refúgio, segundo país de nacionalidade ou residência habitual, Brasil – 2019 - 2020

País	Número de solicitantes – 2019	2020
Total	33.453	28.899
Venezuela	28.133	17.385
Senegal	665	209
Cuba	548	1.347
Angola	484	359
Síria	479	129
R.D. Congo	379	
Haiti	301	6.613
Nigéria	245	213
Bangladesh	220	329
Guiné Bissau	215	
Outros	1.784	1.565

Fonte: Baseada na elaboração pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE/MJSP, 2019-2020).

Conforme observado, o número maior de solicitantes de refúgio é dos vizinhos venezuelanos que buscam no Brasil uma vida mais estável e com melhor qualidade.

Tabela 3 - Número de processos de solicitação de refúgio, segundo tipo de decisão, Brasil – 2019 -2020.

Tipo de decisão	Número de processos - 2019	2020
Total	33.453	63.790
Deferido	21.304	24.880
Indeferido	585	439
Extensão Deferida	211	1.697
Extensão Indeferida	19	1
Arquivamento	2.685	2.267
Extinção	8.584	34.497
Perda da condição de refugiado	33	2
Cessação da condição de refugiado	3	7
Óbito	1	
Reassentamento	28	

Fonte: Baseada na elaboração pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE/MJSP, 2019-2020).

Tabela 4 - Número de processos de solicitação de refúgio deferidos, segundo país de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil – 2019 – 2020.

País	Número de processos – 2019	2020
Total	21.304	24.880
Venezuela	20.902	24.030
Síria	255	479
Cuba	35	114
R.d. congo	31	28
Mauritânia	19	27
Estado da Palestina	10	
Outros	52	104
Iraque		35
Afeganistão		28
Paquistão		23
Togo		12

Fonte: Baseada na elaboração pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE/MJSP, 2019-2020).

Os processos de solicitação de refúgio são deferidos em algumas situações, entre elas, a reunificação familiar justificada pela presença de familiares em território brasileiro. Tal situação ocorre onde há perda de vínculo familiar e o desejo de unir-se aos seus familiares. Essa justificativa geralmente motiva o deferimento do pedido. O desrespeito e violação dos direitos humanos como: extorsão de grupos armados, torturas, violências sexuais é responsável pelo deferimento da maior parte dos pedidos de refúgio deferidos.

Tabela 5 - Número de processos de solicitação de refúgio indeferidos, segundo país de nacionalidade ou de residência habitual, Brasil – 2019 – 2020.

	Número de pessoas 2019	2020
Total	585	439
Angola	175	76
Senegal	94	
Guiné Bissau	59	19
Bangladesh	47	
Líbano	43	32
Outros	167	

Fonte: Baseada na elaboração pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE/MJSP, 2019).

O critério para o não reconhecimento como refugiado, ou seja, para os indeferimentos está no art. 1º F da Convenção de 1951 e se refere a crimes: contra a paz, de guerra, contra a humanidade, atos contrários aos objetivos das Nações Unidas.

Tabela 6 - Número de solicitações de refúgio, segundo ano, Brasil, 2011 – 2020.

Ano	Número de solicitações - 2019	2020
Total	54.900	116.192
2011	107	86
2012	208	165
2013	643	536
2014	2.473	2.015
2015	1.742	1.449
2016	1.956	1.743
2017	1.304	1.216
2018	13.014	12.543
2019	33.453	32.649
2020		63.790

Fonte: Baseada na elaboração pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE/MJSP, 2011 – 2019).

Conforme observado, houve um aumento considerável de solicitação de refúgio nos últimos anos, especialmente em 2019 e 2020. O fechamento das fronteiras dos países que tradicionalmente acolhiam os refugiados e uma posição mais favorável à acolhida, pelo Brasil, pode justificar esse aumento.

Tabela 7 - Número de refugiados reconhecidos, de acordo com a nacionalidade, Brasil – 2020.

Principais países	Número de Reconhecimentos 2019	2020
Total	28.702	53.835
Venezuela	20.935	46.412
Síria	3.768	3.594
R.D. Congo	1.209	1.050
Líbano	392	375
Estado da Palestina	356	278
Colômbia	324	230
Paquistão	318	313
Mali	147	148
Nigéria	108	
Cuba	106	208
Iraque	101	122
Afganistão	99	
Angola	98	
Guiné-Conacri	97	
Outros	644	1.105

Fonte: Baseada na elaboração pelo OBMigra, a partir dos dados da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CG-CONARE/MJSP, 2019).

O critério para o reconhecimento dos refugiados é o receio de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, filiação em grupo social e opiniões políticas. O Brasil é considerado um país que protege e defende os refugiados e apresenta um dos maiores índices de reconhecimento destes.

Tabela 8 - Número de refugiados reconhecidos, segundo ano, Brasil, 2011-2020.

Ano	Número de reconhecimentos	
	2019	2020
Total	28.702	53.835
2011	107	86
2012	208	165
2013	642	535
2014	2.308	1.858
2015	1.225	1.011
2016	1.027	883
2017	586	539
2018	1.084	940
2019	21.515	21.241
2020		26.577

Fonte: Baseada na elaboração pelo OBMigra, a partir dos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE/MJSP), 2011 – 2020.

Conforme observado, 2020 foi o ano que houve um aumento de solicitação de refúgio e consequentemente, de reconhecimentos da condição de refugiados.

3.2 Educação em Direitos Humanos: principais documentos e planos

O mundo contemporâneo está passando por grandes transformações e, com elas, a cidadania. A compreensão do que é ser cidadão, da cidadania associada aos direitos civis e políticos do Estado está levando os indivíduos a conhecer e exigir os seus direitos. Uma sociedade com mais escolaridade e informação exerce pressão junto ao poder público na concretização dos seus direitos e exige políticas públicas mais eficientes no atendimento e realização desses direitos, entre eles à educação.

Uma das bases da cidadania é o direito à educação que acompanha o direito à igualdade e o direito à diferença. A cidadania é indispensável para políticas públicas que exigem a participação de todos na sociedade, na política e no mundo profissional. No entanto, diante da

desigualdade social, é difícil a igualdade de oportunidades, de condições sociais e a diminuição das discriminações. A educação cria condições para uma sociedade mais igual e menos injusta.

Segundo Norberto Bobbio, “[...] não existe atualmente nenhuma carta de direitos que não reconheça o direito à instrução – crescente, de resto, de sociedade para sociedade – primeiro, elementar, depois, secundária, e pouco a pouco até mesmo universitária” (BOBBIO, 1992, *apud* CURY, 2005, p. 4). O direito à educação é um preceito constitucional e, à medida que o indivíduo adquire conhecimentos, aumenta sua possibilidade de participar e transformar a sociedade. A educação reduz a desigualdade e discriminação sinalizando a possibilidade de uma sociedade mais humana e igualitária. Os direitos humanos defendem a igualdade, a redução das desigualdades e a eliminação das discriminações. A equidade traz uma relação mais equilibrada e justa.

Segundo Boaventura Santos,[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 1999 *apud* CURY, 2005, p. 54).

Felizmente, a humanidade é pluricultural, pluriétnica e diversificada, apesar de socialmente desigual. As diferenças que existem devem ser respeitadas e a valorização do ser humano deve estar sempre presente.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos visa à proteção de todos os seres humanos, independente de quaisquer condições. Seus direitos devem ser respeitados e protegidos e dizem respeito a todas as pessoas independentemente de nacionalidade, cor, raça, gênero, religião ou regime político. No seu preâmbulo e no artigo XXVI, trata da educação:

Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graves elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito; 2.A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz; 3. Os pais têm prioridade de direito de escolha do tipo de educação que será oferecida a seus filhos (MAZZUOLI, 2002, p. 139).

Conforme o artigo apresentado, a educação é um direito de todos para o pleno desenvolvimento do ser humano, fazendo crescer um comportamento ético e cidadão que contribua para a ordem e a paz na sociedade. Contudo, é difícil falar em valores morais quando

nos deparamos com a desigualdade social e as injustiças em cada esquina, nos semáforos, embaixo dos viadutos e pontes e nas praças onde os moradores em situação de rua lutam para sobreviver e os moradores das comunidades lutam para ter uma vida digna; quando vemos medo, dor, sofrimento, miséria e desesperança no olhar dos mais pobres. Ou mesmo quando nos deparamos nas escolas com o preconceito, o racismo, a violência, a hostilidade, o *bullying* e outros comportamentos agressivos que acabam provocando a evasão de crianças que são as vítimas mais vulneráveis. Alunos indisciplinados, violentos, sem limites, individualistas e – desinformados – excluem, com o seu comportamento, aqueles que deveriam receber com cordialidade e simpatia por virem de outros países e terem enfrentado situações dramáticas e de muitas perdas.

Crianças refugiadas são extremamente vulneráveis, traumatizadas, tristes, medrosas e silenciosas. Portando outra cultura, com usos, costumes e língua diferentes, elas têm dificuldade de se integrar na sala de aula se o professor não a acolher como deveria, considerando sua diferença cultural. Professores bem-preparados acolhem; professores despreparados excluem. Por isso, é importante à formação de professores estudar as diferenças culturais que irá encontrar na sala de aula. Caso isso não tenha ocorrido, cabe aos gestores escolares a preparação dos seus professores para a diversidade religiosa, linguística, cultural e socioeconômica de seus alunos. De modo geral, as crianças estrangeiras, migrantes ou refugiadas, respondem muito bem a uma acolhida cordial e integradora. Elas contribuirão muito para o enriquecimento das aulas com seus depoimentos sobre as experiências e conhecimentos adquiridos no seu país de origem. No entanto, segundo Araújo e Aquino,

Tudo leva a crer que estamos diante de uma vertente de autoritarismo ainda mais violenta, posto que ideias e práticas de exclusão são justificadas e naturalizadas a partir de interesses individuais ou de grupos econômicos e/ou ideologicamente dominantes. Em nossa opinião, a construção de relações sociais mais justas, solidárias e democráticas, que respeitem as diferenças físicas, psíquicas, ideológicas, culturais e socioeconômicas de seus membros [...] passa necessariamente pela incorporação, nas práticas cotidianas, de princípios e valores já conhecidos mas que nunca foram de fato consolidados por nenhuma cultura, como os que foram consagrados em 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ARAÚJO; AQUINO, 2002, p. 11).

Falar e aplicar os princípios estabelecidos pelos Direitos Humanos é promover uma educação para a ética, a cidadania, o respeito à dignidade humana, às liberdades individuais aos deveres com a comunidade e aos valores próprios de cada cultura. Nas escolas, os valores devem ser construídos a partir do exemplo, do diálogo e de condições para que os alunos desenvolvam princípios éticos de justiça, liberdade, solidariedade e respeito às diferenças, através de uma reflexão e tomada de consciência sobre os valores e o comportamento ético.

O século XXI iniciou-se com atentados terroristas e guerras em diversos lugares. Nesse contexto, surgem tensões e conflitos, como os baseados na diferença, em especial a racial e/ou cultural. A diferença provoca reações e desarticula a solidariedade, transformando-se em desigualdade. A insegurança social traz intranquilidade e reações de intolerância a quem chega. Escolhidos como “bodes expiatórios” no dizer de René Girard (2014) e “estigmatizados” como Erving Goffman (2014) os define, imigrantes e refugiados reagem muitas vezes frente às injustiças e hostilidades que recebem da população cujo Estado os acolheu. Para enfrentar essa situação, a escola tem um papel fundamental.

Umberto Eco, filósofo e semiólogo, trata das diferenças na conclusão do seu livro, ao dizer

Entender-se entre culturas distintas não significa valorizar aquilo que cada um tem que renunciar para chegar a ser igual, mas entender bem e reciprocamente o que nos separa e aceitar essa diversidade. Eliminar o racismo não significa mostrar e convencer-se de que os outros não são diferentes de nós, mas compreender e aceitar sua diferença [...] e desenvolver também instrumentos de educação adequados para formar as mentes na aceitação do outro (ECO, 2019, p. 77).

A educação escolar pode contribuir para evitar a discriminação, o racismo, o preconceito e a exclusão que se abate sobre os culturalmente diferentes. Reconhecer a diversidade das culturas existentes contribui para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e menos desigual. O acesso às instituições escolares é direito de todos. No entanto, é importante observar em que condições isso se deu, uma vez que a organização social brasileira é marcada pela desigualdade no acesso a bens e serviços.

Com isso, começaram a aumentar as discussões acerca de uma educação intercultural com práticas pedagógicas e propostas curriculares para a inserção na sociedade e nas escolas de pessoas com etnias, religião, ideologia e cultura diferente da brasileira. Está havendo uma mobilização pelo reconhecimento dos povos indígenas e das formas de racismo que dificultam a ascensão do negro na estrutura social.

A educação intercultural facilita a interação entre sujeitos de culturas diferentes, reconhece a diversidade e valoriza as relações entre grupos baseadas na tolerância. Essa educação deve formar professores capazes de elaborar práticas dinâmicas que valorizem as diferenças culturais e reduzam o preconceito existente contra todos os que têm qualquer forma de diferença, como a cultural. A educação intercultural reduz os estereótipos e preconceitos quando trabalhada como um projeto social. Importante é conhecer não apenas os sintomas, mas as causas do preconceito e do racismo, mantendo, assim, uma postura crítica.

O acolhimento de refugiados no Brasil revela que essas pessoas vêm de cerca de 113 países diferentes. O impacto do aumento de migrantes na sociedade brasileira tem sido positivo. Com o crescente aumento de crianças e adolescentes migrantes e refugiados matriculados nas escolas brasileiras há possibilidade de uma integração maior entre os alunos brasileiros com os estrangeiros, ampliando a diversidade cultural e o conhecimento de culturas diferentes, com seus usos e costumes. Apesar de o Brasil ter boas leis, não há um investimento necessário numa política de acolhimento que proteja e integre os refugiados.

De acordo com José Egas, representante do ACNUR no Brasil,

Vivemos um recorrente cenário de graves ameaças aos direitos humanos ocasionados por conflitos armados e perseguições de diferentes naturezas. Crianças e adolescentes são diretamente impactadas e representam mais da metade dos refugiados no mundo. Mesmo em contextos de emergências humanitárias, reside na educação o poder de os jovens perseguirem seus sonhos, de adultos viverem com dignidade, de comunidades reconstruírem seus laços (RODRIGUES, 2019, contra capa).

É possível afirmar que existe uma relação entre a questão dos refugiados e os direitos humanos, um processo permanente de reconstrução. A lei 9474/97 significa um marco histórico na legislação brasileira sobre Direitos Humanos. Permitindo o acesso dos refugiados à educação, ao trabalho, à saúde, à moradia, ao lazer, as políticas públicas asseguram os direitos fundamentais e a assistência básica destinada a todas as pessoas que dela necessitam (art.203, CF). Para facilitar o acesso das crianças e adolescentes refugiadas à educação são disponibilizadas vagas e bolsas escolares.

Com relação à fundamentação legal sobre direitos humanos, educação e refugiados, o preâmbulo da Constituição Federal de 1988 (CF88) assegura os direitos individuais e sociais em uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Alguns artigos podem servir de fundamentação à educação em Direitos Humanos e a questão dos refugiados, como os seguintes:

Art. 1º, trata da cidadania e a dignidade da pessoa humana. [...] art. 3º, IV, busca promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Para atender a este preceito, são considerados crimes atos discriminatórios ou de preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional. [...] art. 4º trata das relações internacionais onde tem como princípio: II – a prevalência dos direitos humanos, IX – a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a X – concessão de asilo político, conforme preconiza o Estatuto dos Refugiados.[...] art. 5º trata dos direitos e deveres individuais e coletivos: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. [...] art. 6º trata dos direitos sociais: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. [...] art. 205 trata da educação como um direito de todos

e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] art. 227 explicita que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Apoiada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na CF88, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei 9394/96) explicita que uma proposta educativa deve ter por princípios a igualdade, a democracia e a liberdade. Todos os alunos devem ser tratados da mesma forma, sem discriminação, sem reprovação, sem exclusão, ou seja, com tolerância. A CF88, ao consagrar a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, entrega ao Estado e ao cidadão o dever de educar e o direito de ser educado em direitos humanos e cidadania para que possam participar ativamente da sociedade. Além disso, garante aos estrangeiros direitos iguais aos dos brasileiros. Para isso, princípios éticos devem ser incorporados por todos.

A educação promove o respeito e a compreensão para com o outro, a solidariedade e a amizade, reduzindo os conflitos e buscando a paz. Da mesma forma, a educação em direitos humanos deve transmitir princípios e valores éticos, igualdade de direitos e dignidade, capacitando os indivíduos a lutarem por mais direitos, criando um senso político de participação e exigências para um Estado mais democrático.

O Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos, aprovado pela ONU, em 2005, define a educação em direitos humanos “[...] como um conjunto de atividades de educação, de capacitação e de difusão de informação, orientadas para criar uma cultura universal de direitos humanos”. Ela deve dotar os educandos de meios necessários para aplicar os direitos humanos no seu cotidiano e no seu contexto social. Para isso, algumas ações podem ser desenvolvidas: ensino e aprendizagem com a participação dos alunos; acesso à escolarização; ambientes de aprendizagem inclusivos que propiciem a igualdade de oportunidades; a diversidade e a não discriminação; apoio ao desenvolvimento emocional e social da criança e fomento de valores democráticos.

A democratização social impõe uma educação, que reduza a desigualdade social existente na sociedade brasileira. O acesso ao conhecimento aumenta as oportunidades de trabalho, antes privilégio de minorias com maior poder aquisitivo. Uma sociedade democrática prima pela justiça social e inclusiva. O analfabetismo, a evasão, a reprovação retratam o fracasso da educação e da exclusão de uma parcela significativa da população.

No entanto, apesar do acesso de todos, sem exceção, ser uma conquista da sociedade, o desafio é o acesso e a oferta de um ensino de qualidade e voltado para a paz.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, BNCC “[...] a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, [...] deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades” (BRASIL, 2018, p.14).

A BNCC define as competências como: mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Nas escolas com crianças estrangeiras, imigrantes ou refugiadas algumas competências podem ser trabalhadas na perspectiva de uma educação integral e inclusiva. A Competência 3 trata do Repertório Cultural: “valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural”. Essa competência busca desenvolver nos alunos a produção artística, a consciência multicultural e o respeito à diversidade cultural de outros povos (BRASIL, 2018, p. 26).

A Competência 9 se refere à Empatia e Cooperação:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos Direitos Humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 52).

Essa competência aborda o desenvolvimento social da criança e do jovem, propondo posturas e atitudes que devem ter relação ao outro. Fala da necessidade de compreender, de ser solidário, de dialogar e de colaborar com todos, respeitando a diversidade social, econômica, política e cultural. O que os alunos precisam desenvolver até o fim do fundamental é a valorização da diversidade: os estudantes necessitam saber interagir e aprender com outras culturas, combater o preconceito, desenvolver a alteridade (reconhecimento do outro) e o acolhimento: compreender as situações a partir do ponto de vista do outro.

É possível construir o conhecimento sobre empatia e cooperação por meio do estudo das consequências de suas ausências - a falta de empatia e a resistência às diferenças podem se transformar em intolerância (BRASIL, 2018, p. 53).

A Competência 10 fala sobre Responsabilidade e Cidadania. Considerando essa competência, o estudante deve ser capaz de atuar na construção de uma sociedade justa e solidária: “agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos,

inclusivos, sustentáveis e solidários”. Essa competência estabelece a necessidade de desenvolver na criança e no jovem a consciência de que eles podem ser agentes transformadores na construção de uma sociedade mais democrática, justa, solidária e sustentável (BRASIL, 2018, p. 57).

No Ensino Fundamental (Anos Finais), alguns eixos podem ser trabalhados para desenvolver nos alunos essas competências, como a literatura: (EF69LP44) - inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção (BRASIL, 2018, p. 155).

No eixo que se segue, os documentos estudados podem desenvolver atitudes positivas nas relações com seus colegas: (EF89LP17) - relacionar textos e documentos legais e normativos de importância universal, nacional ou local que envolvam direitos, em especial, de crianças, adolescentes e jovens – tais como a Declaração dos Direitos Humanos, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente -, e a regulamentação da organização escolar por exemplo, regimento escolar - a seus contextos de produção, reconhecendo e analisando possíveis motivações, finalidades e sua vinculação com experiências humanas e fatos históricos e sociais, como forma de ampliar a compreensão dos direitos e deveres, de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade (o outro tem direito a uma vida digna tanto quanto eu tenho) (BRASIL, 2018, p. 181).

Conforme observado, a situação dos refugiados depende do Estado que incorpora os princípios e valores dos Direitos Humanos na sua legislação, facilitando ou dificultando a sua acolhida e condição de vida. Além disso, é dever da sociedade civil organizada formar novas gerações mais solidárias e participativas e da escola em preparar os alunos para viver e conviver com as diversidades, desigualdades e diferenças. O ato de se colocar no lugar do outro, tão diferente, mas, ao mesmo tempo, tão igual minimiza preconceitos e discriminações e torna a vida menos sofrida para refugiados. Uma das ações que podem ser utilizadas pelos professores da Educação Básica é o PTT, desenvolvido neste trabalho, para aproximar os alunos das experiências dos refugiados, facilitando um relacionamento mais humanizado e acolhedor.

4 ROTAS LITERÁRIAS: LITERATURA INFANTO-JUVENIL, DIREITOS HUMANOS E REFUGIADOS

Rotas Literárias é um produto educacional, um *website* destinado a professores dos anos finais do Ensino Fundamental. O domínio do nome já foi adquirido e se encontra *online*. O link é www.rotasliterarias.com.br. Apresenta obras de literatura infanto-juvenil que trazem o tema de refúgio e a situação dos refugiados no Brasil e no mundo e busca promover a humanização e a alteridade, sensibilizando os alunos para a situação do refugiado, destacando a importância dos Direitos Humanos na questão dos refugiados e sua relação com a educação.

Após a Constituição Federal (1988), novas legislações estão surgindo para dar visibilidade a pessoas consideradas diferentes, seja no aspecto biológico, cultural, religioso, étnico, racial, econômico ou tantos outros que discriminam e causam sofrimento a muitas pessoas. O Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Refugiado, as leis que trazem a discussão sobre a questão negra (Lei nº 12.288/2010) e situação indígena (Lei nº 11.645/2008) buscam valorizar diferentes grupos sociais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a Base Nacional Comum Curricular (2018) apresentam a necessidade de as instituições de ensino integrarem todos os alunos, independentemente das diferenças apresentadas.

Acolhida, inclusão, integração são palavras que estão presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, mas, na prática, o que se observa é a dificuldade apresentada pelos professores para tratar os alunos considerados diferentes em função de sua nacionalidade. No caso dos refugiados, sua cultura, costumes e idioma impedem e/ou dificultam a comunicação entre aluno, professor e colegas de turma. Para minimizar esse problema, conhecer a história dos refugiados que deixam seu país por conflitos políticos, étnicos ou religiosos é uma forma de valorizar o aluno refugiado que se encontra na sala de aula. Portanto, nada melhor do que os alunos terem acesso a livros infanto-juvenis que contêm histórias de crianças e adolescentes como eles, a fim de valorizá-los, aumentar a autoestima e integrar o aluno que chegou a um país diferente do seu.

O abandono da sua casa, escola, amigos e familiares, o sofrimento, a dor, as perdas, os traumas sofridos em uma viagem que, muitas vezes, não tem destino certo, apresentados pelos livros do *website* podem exercer uma mudança de comportamento dos alunos com seu novo colega. Empatia e solidariedade fazem parte de um comportamento ético e de respeito ao outro. A percepção de que o aluno refugiado é uma vítima inocente desses conflitos sensibiliza professores e colegas reduzindo preconceitos e discriminações.

A dissertação elaborada durante o mestrado com o título “O refugiado na literatura infanto-juvenil: a construção de rotas literárias para séries finais do Ensino Fundamental”, resultou em um produto educacional intitulado *Rotas Literárias*, um *website* que trata de Literatura infanto-juvenil, Direitos Humanos e Refugiados. A temática do refugiado, tanto na dissertação, como no produto técnico-tecnológico (PTT) visa contribuir para atender as competências gerais da Educação Básica, no que se refere ao respeito à diversidade social, ao exercício da empatia, da solidariedade, da responsabilidade social e da cidadania.

Cabe ao educador estimular e motivar o leitor infanto-juvenil e despertar o prazer e a consciência da importância da leitura na vida de cada pessoa. Cavalcanti acredita que “[...] com a história nas mãos, nos olhos e no sentir”, os leitores podem realizar “[...] as tantas descobertas que cada uma dessas atividades pode oferecer. Com as crianças e os jovens outras histórias surgirão, e junto com elas muitas vidas a serem vividas e acolhidas” (CAVALCANTI, 2014, p. 85).

O PTT tem como objetivo geral elaborar um site para ajudar os professores a trabalhar com o tema sobre Refugiados e Direitos Humanos na Literatura infanto-juvenil. De acordo com esse objetivo geral, os objetivos específicos são: apresentar uma indicação de leitura com obras destinadas ao público-alvo – alunos dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental – que tratam do tema/representação do refugiado, considerando as que tematizam o assunto e/ou que apresentam protagonistas em situação de refúgio; oferecer textos, dados e material de apoio com propostas didáticas gerais e específicas sobre os livros selecionados. Com a finalidade de despertar os alunos para a situação do outro, discutindo os problemas que ele enfrenta e ajudando-o a solucioná-los.

Esse produto se justifica porque guerras e conflitos étnicos, políticos, culturais e religiosos estão ocorrendo em várias partes do mundo. O resultado é visível quando, com a ajuda dos meios de comunicação, se tem notícia de cidades arrasadas, grupos étnicos quase extintos, maravilhas arquitetônicas destruídas para sempre e milhares de pessoas fora de suas casas, seu país, deixando para trás amigos, família, trabalho, uma vida construída e feliz.

Bombas, mortes, medo, abandono, insegurança quanto a um futuro incerto acompanham essas famílias que vagam pelo deserto e enfrentam as ondas do mar em busca de um país que os acolha. No entanto, esses países, antes acolhedores, fecham suas fronteiras por se sentirem impotentes frente a uma massa numerosa de viajantes no tempo e no espaço. Hostilidade, preconceito, racismo, exclusão, medo são constantes nas histórias narradas pelos personagens de histórias reais ou não, apresentadas na literatura infanto-juvenil, objeto do trabalho.

É importante que os alunos desenvolvam até o final do Ensino Fundamental a alteridade e o acolhimento, pois a alteridade é o reconhecimento do outro e é preciso que sejam capazes de compreender a emoção dos outros, o impacto de seu comportamento nos demais, e abrir mão dos interesses pessoais para resolver conflitos que ameaçam as necessidades dos outros e que demandam conciliação. Já o acolhimento, na perspectiva do outro, busca compreender as situações a partir do ponto de vista daquele, considerando ideias e sentimentos nas suas atitudes e decisões. O que virá pela frente, depois da pandemia, no “novo viver”, será o aumento dos fluxos migratórios retidos pela pandemia com consequências, em parte, previsíveis.

A metodologia, aplicabilidade e estrutura para a construção do produto seguiu algumas etapas: na 1ª foi realizada a identificação, a partir da pesquisa em catálogos de editoriais brasileiros, de obras destinadas ao público infanto-juvenil, que tratam do tema/representação do refugiado, utilizando como critério títulos publicados a partir de 2010. Foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito do tema dos refugiados, leituras e fichamentos do material selecionado, bem como a seleção de obras da literatura infanto-juvenil que exploram temas a respeito dos refugiados.

Na 2ª etapa, após a leitura das obras encontradas, foram selecionadas 20 obras possíveis de fazerem parte da indicação de leitura. Na 3ª etapa, foram selecionadas 6 obras literárias, de autores de diversos países traduzidas para a língua portuguesa, para os quais são apresentadas propostas didáticas gerais e específicas associadas às competências e habilidades elencadas na BNCC. E, na 4ª etapa, o conteúdo dessas obras foi colocado no *site*, que contém, em suas abas: o que é o *site*; refugiados; indicação de leitura; propostas didáticas específicas; material de apoio; depoimentos e contato.

Por ser um produto técnico- tecnológico educacional, se apresenta como contraponto às tradicionais ferramentas de ensino e pesquisa. É um *website* de fácil manuseio, a ser utilizado durante e após a pandemia, decorrente da COVID-19, e esse formato tecnológico busca contribuir para auxiliar na atuação dos professores. Para efetivar a validação do produto, questões serão aplicadas aos professores dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, sendo que as respostas e depoimentos dos docentes irão contribuir para que o *site* se torne um importante recurso para estudos e discussões sobre Direitos Humanos, Refugiados, Educação e Literatura Infanto-Juvenil.

Este *site* é resultante da pesquisa “O refugiado na literatura infanto-juvenil: a construção de rotas literárias para séries finais do ensino fundamental”, realizada no Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino, da Universidade Vale do Rio Verde, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Terezinha Richartz.

Figura 1- Capa do website Rotas Literárias



Fonte: A autora (2022).

4.1 Indicação de leitura e propostas didáticas dos livros

Conforme comentado anteriormente, o PTT procura ajudar os professores a utilizar as obras selecionadas, de acordo com o planejamento das atividades didáticas e o perfil dos alunos.

Além dos elementos principais como: autoria, enredo, estrutura, diálogo com outras obras, há uma proposta didática geral que perpassa todas as obras apresentadas, além das específicas associadas as competências da BNCC.

A Seguir serão apresentadas as obras que constam no site destinado ao PTT.

4.1.1 Dois meninos de Kakuma

A autora do livro citado é Marie Ange Bordas, artista, fotógrafa e jornalista. Tem trabalhado com pessoas em situação de refúgio no continente africano. No Brasil, desenvolve desde 2008, o projeto Tecendo Saberes, no qual produz livros com crianças de comunidades tradicionais, para mostrar a riqueza de suas culturas. Outras publicações: *Manual das crianças*

do Baixo Amazonas, 2015; *Manual das crianças Huni Kui*, 2015; etc. Exposições: Festival de Fotografia na Etiópia, Holanda, Espanha, Brasil etc. (BORDAS, 2018, p. 68).

Enredo da Obra – obra de ficção criada com base nas pesquisas e convivência da autora com pessoas em situação de refúgio. O Campo de Refugiados de Kakuma, criado em 1992, no Quênia, com cerca de 200 mil pessoas serve de cenário para contar o cotidiano dos seus moradores e a história de dois meninos com origens diferentes: um nascido no Sudão que chega aos 8 anos no campo de refugiados com outras crianças, também desacompanhadas - Deng Yak Top. O outro Geedi, nasceu no campo e não conheceu outra vida fora dele. Para alguns moradores, o estudo é a forma de pensar num futuro melhor.

No campo, vivem pessoas de diversas nacionalidades e culturas, mas na mesma condição de serem proibidos por lei de trabalhar, plantar, ter animais e sair sem autorização especial. Invisíveis para o resto do mundo e sem encontrar a solução para suas vidas, vivem em um mundo provisório, inseguro e em situação de dependência, esperando, sem sucesso, um dia voltar a seu país de origem, sem poder decidir sobre sua vida e seu futuro (BORDAS, 2018, p. 45).

Estrutura da obra – A obra apresenta uma narrativa ficcional sobre a vida de dois meninos num campo de refugiados. Segundo a ACNUR, em 2017, quando a obra foi escrita, eram 25,4 milhões de refugiados, 52% crianças. A autora decidiu escrever este livro para “conscientizar e informar crianças e jovens que possam fazer diferença na construção de um futuro mais igualitário e justo para todos, longe da intolerância” (BORDAS, 2018, p. 65).

Diálogos da obra com outras obras – As obras que apresentam temas sobre os refugiados dialogam entre si frente a objetivos comuns, como a invisibilidade dos moradores dos campos de refugiados. O tema dos refugiados é controverso, instigante e desafiador. No desenrolar das histórias de refúgio há sempre uma vivência singular que, no encontro do leitor com as histórias dos personagens, pode-se perceber.

Proposta didática geral – (1) Quem são os personagens? (2) Em que região/época a história acontece? (3) A partir de que momento o/os personagens se tornaram refugiados? (4) Que situações inesperadas o/os personagens tiveram que enfrentar? (5) O que levou o/os personagens a seguir para outro lugar? (6) Como foi a acolhida no outro país? (7) Qual foi o destino final do/dos personagens? (8) Você se identificou com algum personagem? Por quê? (9) Você conhecia alguma história sobre refugiados? (10) Quem o/os acolheu, mesmo tendo uma cultura diferente da sua? (11) Após a leitura do livro, conhecendo a história do/dos personagens, a sua forma de pensar mudou sobre as pessoas de culturas diferentes? (12) O livro fez você refletir sobre as formas de discriminação e preconceito?

Esta proposta didática geral atende às obras aqui apresentadas, não sendo necessário repeti-la nas demais.

Proposta didática específica – O tema pode ser trabalhado nas aulas de Ciências Humanas. A Carta dos Direitos Humanos, a afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana podem ser discutidos e pesquisados, fazendo os alunos refletirem sobre quais direitos são respeitados ou violados nos campos de refugiados como o apresentado na obra. As histórias vivenciadas em Kakuma podem ser aproveitadas para exercitar a empatia, promover o respeito ao outro, a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais e culturais, minimizando preconceitos e discriminações. Permite mostrar a realidade das pessoas refugiadas nos campos espalhados pelo mundo e sensibilizar os alunos para o reconhecimento do outro. Na história, a empatia, a solidariedade e a cooperação estão presentes quando Geedi e Deng, os personagens da história, ajudam Noela e suas irmãs a construir uma casa para morar (BRASIL, 2018, p. 355).

Público-alvo – Alunos dos 8º e 9º anos finais do Ensino Fundamental.

Competências gerais da BNCC – A contribuição da literatura infanto-juvenil sobre o refugiado, de acordo com as competências 9 e 10 da BNCC, no que se refere à empatia, solidariedade, responsabilidade social e cidadania colabora para o desenvolvimento social dos alunos (BRASIL, 2018, p. 10).

4.1.2 Uma travessia perigosa

Autora – Jane Mitchell é irlandesa e mora em Dublin. É formada em educação e escreve livros para crianças e jovens. Escritora de destaque, venceu o principal prêmio de literatura juvenil da Irlanda, em 1994, e conquistou o *CBI Children's Choice*, com um romance para pré-adolescentes, em 2010 (MITCHELL, 2017, p. 205).

Contexto da obra – A obra é um romance baseado em fatos e personagens reais que fala de sobrevivência e esperança.

Enredo da obra – Quem narra a história é um garoto sírio de 13 anos. Moradores em Kobani, cidade bombardeada pela guerra na Síria, deixando tudo para trás, sua família percorre dois mil quilômetros repletos de obstáculos e momentos perigosos até chegar a um destino com futuro incerto.

Estrutura da obra – Fundamentada em entrevistas com refugiados no campo A Selva, em Calais, França, trata da guerra na Síria e os motivos que levam as famílias a abandonarem tudo, cruzando fronteiras fechadas para os milhares de sírios em fuga, policiais hostis, países e

línguas novas. É uma longa e difícil caminhada até o sonho europeu e uma vida segura, mas, para muitos, a jornada não terá um final feliz e acabará em tragédia.

Diálogos da obra com outras obras – Muitas obras dedicadas ao público infanto-juvenil tratam do tema sobre refugiados. A fuga da guerra, os obstáculos a serem superados, a dor da perda o sofrimento, as humilhações vão minando as esperanças de encontrar uma vida segura.

Proposta didática específica – ver exemplos apresentados.

Público-alvo – Alunos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.

Competências gerais da BNCC – O livro desperta a empatia, levando o leitor a se colocar no lugar do outro e tentar entender o que leva famílias a saírem de seu lugar de origem e trilharem caminhos perigosos. Empatia, diálogo, cooperação, respeito, acolhimento fazem parte da competência 9. Além desta, a competência 10 incorpora outros valores para si e para o coletivo, como a responsabilidade para com os outros (BRASIL, 2018, p. 10).

4.1.3 Refugiados em busca de um mundo sem fronteiras

Autor – Ricardo Bown nasceu em São Paulo, em 1961, onde vive até hoje. Publicitário, exerce suas atividades na área de pesquisa de mercado e em projetos de livros infantis, cujos temas abordam os valores humanos. A ideia de escrever sobre os refugiados surgiu quando foi convidado a escrever sobre o tema, especialmente por ser neto de refugiados fugidos da guerra na Europa. Sua história se mistura, portanto, à do livro (BOWN, 2011, p. 125).

Enredo da obra – Como o próprio título do livro registra, o assunto é sobre refugiados em busca de um mundo sem fronteiras que possa acolhê-los. Desde o início das organizações humanas ocorreram deslocamentos populacionais ocasionados por escassez de água e alimentos, lutas pelo poder, perseguições étnicas, políticas ou religiosas, conflitos e guerras. Essa migração humana continua em vários países do mundo e a busca por segurança, proteção, qualidade de vida e futuro para os filhos não cessa. No entanto, a acolhida não tem sido a esperada. Os países estão se sentindo inseguros em receber cidadãos que buscam refúgio, considerando-os concorrentes no mercado de trabalho e trazendo uma cultura diferente das suas. No livro, três adolescentes, uma brasileira, um colombiano e um leonês são os personagens de um enredo que trata de discriminação e preconceito, mas que discute, também, a tolerância cultural, a valorização das diferenças e o respeito ao ser humano. Estrutura da obra – Utilizando uma linguagem simples, clara, de fácil compreensão, o autor aborda o tema de refugiados através de alunos de uma sala de aula brasileira.

O livro mostra a questão dos refugiados que buscam, no Brasil, uma acolhida calorosa e encontram adiscriminação e o preconceito. Apresentando como personagem central uma garota de nome Lili, o livro conta a história de dois colegas de escola, Pablo, um colombiano e Jeremmy, um leonês. Ambos saíram de seu país de origem com a família, para escapar da guerra e da morte. O livro mostra, também, as instituições que auxiliam os refugiados que chegam ao Brasil e a dificuldade de conseguirem os documentos necessários para trabalhar. É importante a atuação da professora que aproveita a presença de refugiados na sala de aula para debater sobre discriminação e preconceito, tolerância e respeito ao diferente.

Diálogos da obra com outras obras – Assim como outros livros que tratam o tema sobre refugiados, nesta obra são discutidos o preconceito, a discriminação, a intolerância cultural e as diferenças.

Proposta didática específica – ver exemplos apresentados.

Público-alvo – Alunos dos 8º e 9º anos finais do Ensino Fundamental.

Competências gerais da BNCC – Nesta obra a competência 7 que trata da argumentação é a mais indicada. A competência destaca a capacidade de construir argumentos, de debater com respeito as colocações dos outros. Os alunos precisam desenvolver, debater e defender seus pontos de vista com firmeza e respeito, mesmo se forem divergentes dos de outras pessoas ou grupos. A competência 9 trata da empatia, do diálogo, da cooperação, do respeito ao outro e propõe posturas que rejeitam o preconceito e promovem o entendimento entre pessoas culturalmente diferentes. A competência 10 também pode ser utilizada por desenvolver uma postura ética nos alunos (BRASIL, 2018, p. 9-10).

4.1.4 Diálogos de Samira por dentro da guerra síria

Autoras – Márcia Camargos é jornalista e historiadora. Viajou para a Síria, Líbano, Egito, Jordânia, Tunísia e Irã. Tem acompanhado a política e a cultura do Oriente Médio, o que lhe deu embasamento necessário para escrever *A travessia de Albatroz* e *O Irã sob o chador*. Escreve artigos, dá palestras e cursos sobre a região. Em 2007 lançou o livro *Juca e Joyce: memórias da neta de Monteiro Lobato*. Carla Caruso é ilustradora, ministra oficinas de criação literária em escolas, bibliotecas, centros culturais e presídios. Escreveu a biografia de Burle Marx e o *Almanaque dos sentidos*, que lhe rendeu o prêmio Jabuti em 2010 (CAMARGOS; CARUSO, 2018, p. 184).

Enredo da obra – O livro conta a história de Samira, brasileira e Karim, sírio. Através de mensagens, eles ficam conhecendo a cultura um do outro. As experiências da guerra e a

hostilidade crescente do país acolhedor fazem o pano de fundo da vida de Karim. Para Samira, conhecer melhor a cultura do seu novo amigo traz uma visão de mundo, de cultura e tradições até então desconhecidas.

Estrutura da obra – A obra apresenta uma estrutura narrativa através da qual conta o cotidiano das personagens. O diálogo, a palavra, o conhecer e aceitar o outro se manifesta na troca de correspondência por *e-mails* e cartas em árabe e inglês. Segundo as autoras, o diálogo e a palavra representam um rico encontro quando “o desafio de escutar e conhecer o outro” podem ser um caminho para um mundo melhor (CAMARGOS; CARUSO, 2018, p. 7).

Diálogos com outras obras – Como muitas outras obras destinadas aos adolescentes, esta trata da situação dos refugiados no país acolhedor. Tendo como ponto principal a correspondência trocada por uma brasileira e um sírio refugiado na Jordânia, traz à tona a brutalidade do regime sírio, com tantas vidas perdidas.

Proposta didática específica – ver exemplos apresentados. Público-alvo – Alunos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.

Competências gerais da BNCC – A competência 1 dispõe, “valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2018, p. 9). Assim, essa competência valoriza a utilização prática do conhecimento, que pode ocorrer por meio da elaboração de textos com destinatários reais, cartazes, vídeos e outros produtos.

4.1.5 LAYLA, a menina síria

Autoras – Cassiana Pizaia é jornalista, escritora, produtora, editora, repórter de TV, produz documentários e escreve sobre viagens, livros e ideias em seu *blog*. É coautora da coleção Crianças na Rede. Rima Awada Zahra é psicóloga, especialista em Psicologia Clínica e atua na área de direitos humanos, com ênfase em saúde mental, sendo coautora da coleção Crianças na Rede. Rosi Vilas Boas é bibliotecária, especialista em educação e produtora de conteúdo digital em portais de educação. É coautora da coleção Crianças na Rede e atua, há mais de 40 anos, na defesa dos direitos humanos, pela autonomia dos povos e pela paz e solidariedade entre as nações. Veridiana Scarpelli nasceu, mora e trabalha em São Paulo, sendo formada em Arquitetura. Desde 2007, ilustra jornais, revistas e livros (PIZAIA; ZAHRA; BOAS, 2019, p. 86).

Enredo da obra – Esta é uma história de ficção baseada em fatos reais, ocorridos com refugiados sírios que atravessam fronteiras e se deslocam para outros países em busca de um futuro melhor. O livro permite conhecer outras realidades e desenvolver empatia e solidariedade, especialmente com as pessoas em situação de refúgio.

A obra conta a história de Layla, sua família e amigos. Através da personagem, o leitor fica conhecendo como era a vida em Aleppo, Síria, antes dos conflitos que a destruíram. Em meio a bombas, mortes, medo, dor e sofrimento ela narra a vida em uma cidade destruída por conflitos armados. Frente à destruição e mortes, os pais da Layla buscam formas de fugir para o Brasil, considerado o mais receptivo ao refugiado. Chegando a São Paulo, as dificuldades de arranjar trabalho e estudar, pela barreira da língua, acabam sendo superadas com força e determinação. Aos poucos, eles vão se adaptando à nova vida e cultura, conseguindo viver com dignidade.

Estrutura da obra – Narrativa ficcional, tendo como personagem principal uma menina, Layla. Registra a guerra da Síria e se passa em Aleppo e São Paulo, em época recente.

Diálogos com outras obras – Como outros livros sobre refugiados, trata das dificuldades, da destruição e do medo. O que traz de diferente é a vinda para o Brasil e a acolhida pelos vizinhos e professores.

Proposta didática específica – ver exemplos apresentados.

Público- alvo – Alunos do 8º e 9º anos Ensino Fundamental – anos finais.

Competências gerais da BNCC – A mais adequada é a 9, empatia e cooperação, pois o desenvolvimento social do aluno é importante.

Essa competência aborda o desenvolvimento social da criança e do jovem, propondo posturas e atitudes que devem ter em relação ao outro. Fala da necessidade de compreender, de ser solidário, de dialogar e de colaborar com todos, respeitando a diversidade social, econômica, política e cultural.

A competência na prática: como exemplo, verificar a habilidade da BNCC a respeito do tema “(EF09H135), analisando os aspectos relacionados aos conflitos no Oriente Médio na contemporaneidade, incluindo os movimentos migratórios (migração, refúgio) e os choques entre diferentes grupos e culturas” (BRASIL, 2018, p. 431).

4.1.6 O cometa é um sol que não deu certo

Autor – Tadeu Sarmiento, nascido em Recife, em 1977, reside em Belo Horizonte. É autor dos romances *Associação Robert Walser para Sósias anônimos* (Cepe, 2015), vencedor

do II Prêmio Pernambuco de Literatura, e *E se Deus for um de nós?* (Confraria do Vento, 2016). Com o livro inédito de poemas: *Um carro capota na Lua*, ganhou o Prêmio Governo de Minas Gerais de Literatura, em 2016 (SARMENTO, 2018, p. 115).

Ilustrador – Apo Fousek nasceu em São Paulo, em 1974, é artista plástico multimídia, formado em *design* gráfico pela Universidade Senac. Em 2005, fez a primeira trajetória dos cinco aos trinta anos, dos desenhos da infância aos projetos de arte. Tem realizado exposições e participado de coletivas na Argentina, nos Estados Unidos e em países da Europa (SARMENTO, 2018, p. 117).

Enredo da obra – O livro conta a história de Emanuel, um menino sírio que vive com sua família e amigos em um campo para refugiados, na Jordânia. Como tantos outros, fugiram da Síria abandonando suas casas em busca da sobrevivência e de uma vida melhor. No campo, encontram calor, falta de água, luz e alimentos, mas também a segurança contra animais noturnos. Apesar da situação difícil, Emanuel consegue sonhar, ter amigos e ser querido pelas pessoas do campo graças à ajuda que sempre prestou a quem precisou.

No campo de refugiados as diferenças se tornam afinidades quando todos estão na mesma situação e lutando contra um inimigo em comum. Expulso do campo com sua família, Emanuel enfrenta a aridez do deserto e as incertezas de enfrentar o mar em uma embarcação superlotada, em busca de uma liberdade tão esperada. Perto da praia, o barco vira, alguns morrem, mas a família sobrevive.

Estrutura da obra – É uma narrativa de uma história sobre refugiados, envolvendo várias personagens: Emanuel, sua família, seus amigos, os moradores do campo, os guardas. O livro retrata a vida das crianças em um campo de refugiados na Jordânia, que não compreendem a real situação de suas vidas e encontram formas de torná-las mais alegres. Destaca o companheirismo, a solidariedade, a amizade e o respeito aos mais velhos, valorizando a convivência harmoniosa e a ajuda mútua.

Diálogos da obra com outras obras – O tema apresentado nesta obra campo de refugiados é tratado em outros livros destinados ao público infanto-juvenil.

Proposta didática específica – Algumas frases apresentadas no texto podem ser aproveitadas como atividade didática: (1) “quando a aranha está com o inseto na teia, não está ali para dançar” (SARMENTO, 2018, p. 53); (2) “nada nem ninguém pode separar as pessoas das coisas que elas mais amam. Pois o que mais amamos nós levamos para sempre, não importa por quanto tempo ou a que distância” (SARMENTO, 2018, p. 90); (3) “ainda bem que os dias são grandes o suficiente para que neles também aconteçam coisas boas que ajudam as pessoas a suportar as ruins” (SARMENTO, 2018, p. 103).

Público-alvo – Leitura para alunos do 8º e 9º anos Ensino Fundamental - anos finais.

Competências gerais da BNCC – O enredo da obra pode ser relacionado com a competência 9 que trata da empatia e cooperação.

4.2 Propostas didáticas específicas associadas às competências e habilidades elencadas na Base Comum Curricular

A BNCC representa um grande progresso para a Educação Básica brasileira, apresentando ideias inovadoras voltadas à formação e educação dos estudantes. É um documento que estabelece quais aprendizagens são necessárias e obrigatórias, servindo de referência para a elaboração de currículos e propostas pedagógicas. Voltada aos direitos humanos, ela busca promover uma educação integral dirigida ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento de todos, respeitando as diferenças, combatendo a discriminação, o preconceito e o racismo, reduzindo as desigualdades sociais e educacionais e promovendo uma educação de qualidade nas escolas brasileiras (BRASIL, 2018, p. 5).

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens devem desenvolver dez competências gerais no conhecimento e formação dos estudantes. Competência é a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver os problemas do cotidiano, do trabalho e exercitar a cidadania. Assim, essas competências articulam-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento e na formação de atitudes e valores, conforme preconiza a LDB (BRASIL, 2018, p. 8-9).

Atendendo às competências e habilidades expressas na BNCC, seguem algumas sugestões de propostas didáticas específicas a serem utilizadas com os livros selecionados.

4.2.1 Geografia

Componente curricular que oferece uma oportunidade para compreender o mundo, as sociedades e as ações humanas. Forma o conceito de identidade social, cultural e histórica. Desenvolve o raciocínio espacial e geográfico para compreender a realidade e os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço e exercitar a cidadania. Favorece o reconhecimento da diversidade étnico-racial e dos grupos sociais, com base em princípios éticos, como o respeito à diversidade e combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza. Permite novas formas de ver o mundo e de compreender de maneira ampla e crítica, as múltiplas relações que conformam a realidade (BRASIL, 2018, p. 357).

A BNCC estabelece dez competências gerais que irão nortear o trabalho dos professores da Educação Básica. De acordo com suas características, as competências 9 e 10 se mostram mais adequadas à utilização da disciplina.

Ano – Alunos do 8º ano do Ensino Fundamental. Unidade temática – O sujeito e seu lugar no mundo.

Objetos de conhecimento – Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais. Diversidade e dinâmica da população mundial e local (BRASIL, 2018, p.386).

Habilidades – “(EF08GE01) descrever as rotas de dispersão da população humana pelo planeta e os principais fluxos migratórios em diferentes períodos da história, discutindo os fatores históricos e condicionantes físico-naturais associadas à distribuição da população humana pelos continentes” (BRASIL, 2018, p. 387).

Competências de Ciências Humanas para o ensino fundamental – n. 1, 4 e 6.

Competência 1: compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos; Competência 4: interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza; Competência 6: construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018, p. 355).

Competências de Geografia para o ensino fundamental – n. 3 e 4.

Competência 3: desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem; Competência 4: desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas (BRASIL, 2018, p. 364).

Disciplina de Geografia – Alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Unidade temática – Formas de representação e pensamento espacial.

Objetos de conhecimento – Leitura e elaboração de mapas temáticos, croquis e outras formas de representação para analisar informações geográficas (BRASIL, 2018, p. 392).

Habilidades – “(EF09GE14) elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas para analisar, sintetizar e

apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais” (BRASIL, 2018, p. 393). Competência de Ciências Humanas para o ensino fundamental – competência 7,

[...] utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão (BRASIL, 2018, p. 355).

Proposta específica para abordar o tema – Para o 8º ano: trabalhar com o clima (“quente e seco, onde a poeira nunca baixa”) e com a mobilização de pessoas de países vizinhos para o Campo de Detenção de Kakuma. No 9º ano: discutir e analisar o mapa do Campo apresentado na p. 67, que abriga duzentos mil refugiados.

4.2.2 Língua Portuguesa

O componente Língua Portuguesa da BNCC acompanha as transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século e desenvolve as habilidades ao seu uso significativo em atividades de leitura, escrita e produção de textos. A língua e a literatura não devem ser tomadas como um fim em si mesmo, mas estar envolvidas em práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e em produção) em práticas situadas de linguagem (BRASIL, 2018, p. 65).

O eixo leitura compreende a linguagem que promove a interação entre o leitor e os textos e obras literárias, levando-o a debater sobre temas sociais relevantes. Nos anos finais do Ensino Fundamental o estudante tem um contato especial com a arte literária e as manifestações artísticas em geral. As habilidades na formação literária envolvem conhecimentos de gêneros narrativos e que dizem respeito ao espaço, tempo, personagens, além do modo como a história é contada. A literatura exercita a empatia e o diálogo, permitindo contato com valores, comportamentos, crenças, desejos e conflitos contribuindo, deste modo, para o modo de ser e estar no mundo (BRASIL, 2018, p. 69).

Práticas de linguagem – Campo artístico literário e Leitura. Objetos de conhecimento – Adesão às práticas de leitura. Habilidades,

(EF69LP49) Mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livros de literatura e por outras produções culturais do campo e receptivo a textos que rompem com seu universo de expectativas, que representem um desafio em relação às suas possibilidades atuais e suas experiências anteriores de leitura, apoiando-se nas marcas linguísticas, em seu conhecimento sobre os gêneros e a temática e nas orientações dadas pelo professor (BRASIL, 2018, p. 157).

Objetos de conhecimento – Estratégias de escrita. Habilidades,

(EF89LP26) Produzir resenhas, a partir de notas e/ou esquemas feitos, com o manejo adequado das vozes envolvidas (do resenhador, do autor da obra e, se for o caso, também dos autores citados na obra resenhada), por meio do uso de paráfrases, marcas do discurso reportado e citações; (EF89LP33) Ler, de forma autônoma, e compreender - selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes – romances, contos contemporâneos, minicontos, fábulas contemporâneas, romances juvenis, biografias romanceadas, novelas, crônicas visuais, narrativas de ficção científica, narrativas de suspense, poemas de forma livre e fixa (como haicai), poema concreto, ciberpoema, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas e autores (BRASIL, 2018, p. 183- 185).

Proposta específica para abordar o tema – identificar e refletir sobre as diferentes perspectivas ou vozes presentes nos textos e sobre os efeitos de sentido do uso do discurso direto, indireto etc. Refletir criticamente sobre a fidedignidade das informações, as temáticas, os fatos, os acontecimentos, as questões controversas presentes nos textos lidos, posicionando-se. Estabelecer os objetivos da leitura, as relações entre o texto e conhecimentos prévios, vivências, valores e crenças.

Cabe ao professor levar o aluno a mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livro de literatura de forma a garantir a ampliação de repertório, além de interação e trato com o diferente. Os direitos humanos perpassam os campos do direito à informação, aos conhecimentos, à literatura e no debate de ideias (BRASIL, 2018, p. 71).

Competências específicas de Língua Portuguesa – n. 1, 2, 7 e 9:

Competência 1: compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível ao contexto de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem; Competência 2: apropriar-se da língua escrita, reconhecendo-a como forma de interação dos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar as suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social; Competência 7: reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias; Competência 9: envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico- culturais como forma de acesso as dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a leitura (BRASIL, 2018, p. 85).

Competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental – n. 1, 3 e 4.

Competência 1: compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais

e culturais; Competência 3: utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levam ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação; Competência 4: utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo (BRASIL, 2018, p. 63).

Proposta específica para os 8º e 9º anos do Ensino Fundamental – levar os estudantes a planejar e produzir resenhas, exercendo o papel de crítico, para desenvolver o senso ético e responsável.

Objeto do conhecimento – É a relação do texto com o contexto de produção e experimentação de papéis sociais.

Habilidade, “(EF69LP06) a resenha a ser produzida será de um livro do site selecionado pelo professor e/ou alunos” (BRASIL, 2018, p. 141).

4.2.3 Ensino Religioso

O Ensino Religioso é um componente curricular de oferta obrigatória, com matrícula facultativa, nas escolas públicas de Ensino Fundamental. De acordo com a BNCC, o Ensino Religioso busca proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, do direito à liberdade de consciência e de crença, na promoção dos Direitos Humanos e na construção de valores e princípios éticos. A interculturalidade e a ética da alteridade devem fundamentar e favorecer o reconhecimento e o respeito às diferentes culturas, tradições religiosas e filosofias da vida (BRASIL, 2018, p. 433).

Unidade temática – Crenças e filosofias da vida. Ano – Alunos do 9º ano do Ensino Fundamental.

Objetos de conhecimento – Princípios e valores éticos.

Habilidades,

(EF09ER06) Reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana; (EF09ER07) identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que possam alicerçar a construção de projetos de vida; (EF09ER08) construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos (BRASIL, 2018, p. 457).

Competências de Ciências Humanas – competência 1: “compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos” (BRASIL, 2018, p. 355).

Competências do Ensino Religioso – n. 2, 3, 4 e 6.

Competência 2: compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios; Competência 3: reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida; competência; Competência 4: conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver; Competência 6: debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz (BRASIL, 2018, p. 435).

Ano – 8º ano do Ensino Fundamental. Unidade temática – Crenças e filosofias da vida. Objetos de conhecimento: Crenças, convicções e atitudes. Habilidades, “(EF08ER01) Discutir como as crenças e convicções podem influenciadas escolhas e atitudes pessoais e coletivas” (BRASIL, 2018, p. 455).

Competências de Ciências Humanas – competência 1, “compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos” (BRASIL, 2018, p. 355).

Proposta específica para abordar o tema – Os livros do site podem ser utilizados pelos professores para a promoção dos valores e princípios éticos, na promoção dos Direitos Humanos e no respeito às diferenças.

4.2.4 Matemática

Os conhecimentos e as experiências já vivenciados pelos alunos criam situações nas quais possam fazer observações de aspectos quantitativos e qualitativos da realidade, estabelecendo interrelações entre eles e desenvolvendo ideias mais complexas. Deve-se considerar, também, que é fundamental haver um contexto significativo para os alunos, não necessariamente cotidiano, mas também de outras áreas do conhecimento (BRASIL, 2018, p. 263). A unidade temática – Probabilidade e estatística propõem o desenvolvimento e as habilidades para coletar, organizar, representar, interpretar e analisar dados em uma variedade de contextos, de maneira a utilizar conceitos, representações e índices estatísticos para descrever, explicar e prever fenômenos. Na estatística, o planejamento ajuda a compreender e a construir tabelas e gráficos, deferir as questões relevantes e a população a ser pesquisada. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais e políticas (BRASIL, 2018, p. 272).

Ano – 9º ano do Ensino Fundamental. Unidade temática – Probabilidade e estatística.

Objetos de conhecimento – Leitura, interpretação e representação de dados de pesquisa expressos em tabelas de dupla entrada, gráficos de colunas simples e agrupadas, gráficos de barras e de setores gráficos pictóricos.

Habilidades, “(EF09MA22) escolher e construir o gráfico mais adequado (colunas, setores e linhas), com ou sem uso de planilhas eletrônicas, para apresentar um determinado conjunto de dados, destacando aspectos como as medidas de tendência central” (BRASIL, 2018, p. 317).

Competências de Matemática – nº 1, 4 e 6.

Competência 1: reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho; Competência 4: Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes; Competência 6: Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados) (BRASIL, 2018, p. 265).

Competências gerais da BNCC – A competência 1, “trata do conhecimento valorizando e utilizando esse conhecimento para entender e explicar a realidade, como o conhecimento adquirido pelo estudante será utilizado para a resolução de problemas. Ela dialoga com todas as áreas indistintamente” (BRASIL, 2018, p. 9).

Proposta específica para abordar o tema – Utilizando como referência um dos livros do *site*, o professor levará os alunos a discutir a situação dos refugiados e a elaborar dados estatísticos e gráficos sobre o número de refugiados, nacionalidade, origem etc.

4.2.5 História

Componente curricular que estuda o *Eu, o Outro e o Nós*, inseridos no espaço e no tempo, dialoga com as diferentes culturas e circunstâncias marcadas por conflitos e as relações sociais que os geraram. Identificar, localizar, contextualizar momentos e lugares de um determinado acontecimento estimula a percepção sobre povos e sociedades. A história traça caminhos para a busca de explicações para questões históricas, sociais, religiosas, políticas,

culturais e econômicas; a lidar com o mundo e com o objeto em questão, de forma ética (BRASIL, 2018, p. 398).

Um dos objetivos da História no Ensino Fundamental é estimular o pensamento crítico e reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem. É importante destacar os temas voltados à diversidade cultural e às múltiplas configurações identitárias (BRASIL, 2018, p. 398).

Nos anos finais do Ensino Fundamental a compreensão do espaço e do tempo está vinculada à mobilidade das populações e suas diferentes formas de inserção ou marginalização nas sociedades.

O estudo dos conflitos que ocorreram no século XX permite compreender as razões que originaram a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), a importância dos Direitos Humanos, da Constituição de 1988 e a ênfase nas diversidades identitárias. Da mesma forma, é importante conhecer os fatos que estão provocando os fluxos migratórios, cada vez maiores, na atualidade e suas consequências nos países de origem e de acolhida.

Ano – 9º ano do Ensino Fundamental. Unidade temática – Totalitarismos e conflitos mundiais. Objetos de conhecimento – A Organização das Nações Unidas (ONU) e a questão dos Direitos Humanos. Habilidades,

(EF09HI15) Discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do pós-guerra e os propósitos dessa organização; (EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação (BRASIL, 2018, p. 427).

Competência específica de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental – competência 1: “compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos” (BRASIL, 2018, p. 355).

Competências de História para o Ensino Fundamental – n. 4 e 5.

Competência 4: identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários; Competência 5: analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações (BRASIL, 2018, p. 400).

Ano – 9º ano do Ensino Fundamental. Unidade temática – A história recente. Objetos de conhecimento – Os conflitos do século XXI e a questão do terrorismo; Pluralidades e diversidades identitárias na atualidade.

Habilidades,

(EF09HI35) Analisar os aspectos relacionados ao fenômeno do terrorismo na contemporaneidade, incluindo os movimentos migratórios e os choques entre diferentes grupos e culturas; (EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência (BRASIL, 2018, p. 431).

Competências de Ciências Humanas – n.1, 4 e 6.

Competência 1: compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos; Competência 4: interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza; Competência 6: construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018, p. 355).

Como abordar o tema – De acordo com a BNCC, os estudantes podem realizar pesquisas sobre a Declaração dos Direitos Humanos e buscar fontes alternativas que tratam do tema (EF09HI16). Depois de trabalhar o problema dos refugiados apresentados no livro, selecionado no *site*, discutir sobre o assunto e fazer os alunos refletirem sobre quais direitos são respeitados ou violados na história e o que deveria ser feito para mudar a situação. Aproveitar para debater sobre os conceitos de identidade e globalização; utilizar fotografias, vídeos do *Youtube*, filmes, documentários sobre os conflitos atuais para introduzir o assunto (EF09HI35) (BRASIL, 2018, p. 427 e 431).

É importante observar que a ênfase no Ensino Fundamental – Anos Finais está na dimensão espacial e temporal vinculada à mobilidade das populações e suas diferentes formas de inserção ou marginalização nas sociedades estudadas (BRASIL, 2018, p. 415).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação à aplicação do produto, buscou-se produzir um site de fácil acesso e utilização pelos professores.

De acordo com os referenciais teóricos empregados na dissertação, a literatura infanto-juvenil apresentada contribui para a conscientização e humanização do aluno leitor quando frente a situações vividas pelos personagens nas histórias narradas muitas vezes pelos próprios protagonistas.

Os limites do produto estão associados à utilização do mesmo pelos professores. Quando bem aproveitado possibilita uma série de informações a respeito do tema apresentado e quando utilizado de forma interdisciplinar ou transdisciplinar amplia ainda mais o conhecimento.

A não utilização do produto só se justifica se a escola ou o professor não tiverem como acessar o site por limitações tecnológicas e digitais.

O produto apresenta um potencial de facilidade de acesso e compartilhamento para que seja acessado e utilizado de forma integral ou parcial.

O site apresenta funcionabilidade e facilidade de navegação, rapidez de acesso, espaço de compartilhamento e comunicação, além de um grande potencial pedagógico, uma vez que o seu objetivo é justamente disponibilizar para o professor uma ferramenta que lhe permita escolher um site adequado a seus objetivos didáticos.

Analisando as respostas dos professores nas perguntas apresentadas, pode-se inferir que o site atingiu os objetivos propostos. Ele foi apresentado aos professores da rede municipal de Boa Esperança. Participaram da validação do produto 20 professores do ensino fundamental, com a participação de 90% deles., que responderam as 10 perguntas apresentadas em forma de entrevista.

Apesar de ser um universo pequeno – Boa Esperança é um município pequeno – as respostas apresentadas contribuíram para se observar que os objetivos propostos para o site podem ser atingidos de forma satisfatória.

Por ser um produto que está sendo elaborado, percebeu-se a necessidade de realizar uma análise mais precisa. Neste sentido, a participação dos professores foi uma excelente contribuição à avaliação do produto, conforme os comentários dos participantes que responderam as questões propostas.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, para a validação do produto por meio de um roteiro de perguntas abertas realizados com professores, o projeto de pesquisa foi então

submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR sendo o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 52070721.8.0000.5158. O projeto foi aprovado com o Número do Parecer: 111384/2021 seguindo as resoluções 196/96 e 466/12 do CNS.

5.1 Validação do produto

Para validação do produto foi realizada uma reunião online com professores dos anos finais do Ensino Fundamental, onde foi apresentado o website. Depois das explicações necessárias, os professores foram convidados a acessar o website para conhecer seu funcionamento e formas de utilizá-lo. Para aumentar o envolvimento e participação dos professores, foi disponibilizado um roteiro com dez perguntas, com o intuito de avaliar se o website atende aos objetivos propostos.

Durante uma semana as respostas foram chegando, resultando nas observações que foram importantes para saber se o produto foi aprovado e no que poderia ser melhorado. Abaixo a síntese das respostas colhidas com os professores (confira o roteiro das perguntas no apêndice).

5.2 Resultados e análise das respostas

As respostas mais importantes foram organizadas em categorias para facilitar o entendimento da literatura para a compreensão do problema dos refugiados.

5.2.1 Trabalhar a questão dos refugiados em sala de aula

A questão dos refugiados é extremamente atual. Todos os dias os noticiários apresentam várias reportagens mostrando as dificuldades que milhões de pessoas do mundo todo enfrentam quando precisam sair de seu país de origem. Porém, apesar do assunto ser reconhecido pela maioria das pessoas ainda há muita desinformação e confusão. E, pensando que em muitos estados brasileiros já existem programas de acolhimento aos refugiados é muito importante que a comunidade escolar esteja preparada para receber crianças e jovens nesta situação. Conhecimento, pesquisa e reflexão sobre este assunto precisam estar em sala de aula.

Porque os refugiados hoje fazem parte da sociedade brasileira contribuindo com sua cultura e seu trabalho e devem ser acolhidos e integrados de forma positiva e sem preconceitos.

Este tema traz como pano de fundo os direitos humanos, as fragilidades da sociedade, as desigualdades, os preconceitos... Então, é de extrema importância que seja discutido e retomado em sala de aula, para que nossas crianças e adolescentes tenham a oportunidade de pensar em suas atitudes, de pensar no próximo, de exercer a empatia, a cidadania.

Conforme observado é importante que a discussão sobre os refugiados ocorra no ambiente escolar para maior integração e acolhida de crianças em situação de refúgio de forma não preconceituosa e/ou discriminatória. Trabalhar o tema utilizando o website é trazer uma forma mais dinâmica e interessante de aproximar o tema do aluno leitor.

5.2.2 O *website* – Rotas literárias – pode ser utilizado como recurso didático pelo professor

Website pode ser utilizado como recurso didático pois apresenta livros que tratam do assunto e possíveis encaminhamentos metodológicos. Pode ser até um ponto de partida para discussões e novos projetos educacionais relacionados a várias áreas do conhecimento.

Acredito que sim, porque quebra a rotina da sala de aula, apresentando uma nova forma de ensinar e aprender.

Talvez possa ser um ótimo recurso se o professor souber explorá-lo adequadamente.

O aspecto inovador deste *website* é a utilização de livros destinados a crianças e adolescentes usando como tema os refugiados.

De acordo com os professores, o *website* pode ser o início para novos projetos que tratem sobre direitos humanos e refugiados e um ótimo recurso didático a ser utilizado pelo professor.

5.2.3 O *website* apresenta procedimentos de ensino de literatura como atividade formal válida

A Literatura é considerada um bem cultural cujo acesso contribui para o desenvolvimento da educação estética, da sensibilidade, da concentração, dos aspectos cognitivos e linguísticos, do exercício da imaginação, além, de favorecer o acesso aos diferentes saberes sobre a cultura de povos e lugares desconhecidos, seja do universo fictício ou real.

Sim, o site dá ao professor a possibilidade de trabalhar um tema pouco discutido de forma leve, tendo a literatura como meio.

Um professor que planeja e organiza suas aulas de acordo com as normas curriculares estabelecidas pode utilizar a literatura para torná-las melhor.

Sim, quando bem planejada, a literatura educa, conscientiza e discute valores e formas de vida e de sociedade.

A importância da literatura na educação dos alunos é evidenciada nas respostas e, quando utilizada de forma adequada pode ser um importante auxiliar do professor.

5.2.4 O *website* possibilita o uso como ferramenta pedagógica contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos

O *website* como ferramenta pedagógica contribui para o processo de ensino dos alunos porque além de informar sobre os livros e de apresentar possibilidades pedagógicas, também, indica outros sites importantes e promove o compartilhamento das atividades realizadas pelos professores que utilizam o site.

O avanço das tecnologias de informação possibilitou a criação de ferramentas que podem ser utilizadas pelos professores em sala de aula, o que permite maior disponibilidade de informação e recursos para o educando, tornando o processo educativo mais dinâmico, eficiente e inovador.

Fala-se pouco sobre os refugiados que estão no Brasil. O *website* pode contribuir para a conscientização dos alunos despertando o respeito a quem veio de tão longe.

A motivação e o interesse fazem parte do processo de ensino-aprendizagem. Os livros apresentados no *website* facilitam esse processo despertando nos alunos a curiosidade sobre os países e pessoas de culturas diferentes da nossa.

Os professores colocaram o *website* como uma forma de motivar o aluno, tornando a aprendizagem mais interessante e permitindo a discussão e o conhecimento de outros assuntos de interesse dos alunos.

5.2.5 Os livros disponibilizados no *website* estimulam o interesse dos alunos sobre os refugiados e correspondem ao nível sociocultural dos alunos

Os livros indicados podem estimular o interesse dos alunos sobre os refugiados pois apresentam a visão de autores nacionais e internacionais sobre o mesmo assunto, trazem histórias interessantes e comoventes e promovem a possibilidade de discussão e ampliação do olhar sobre outros temas tão importantes como infância e juventude, diferenças culturais, igualdade entre meninos e meninas, direitos humanos entre outros. Em relação ao nível

sociocultural, pela diversidade apresentada, os livros podem ser utilizados por professores de escolas públicas e particulares.

Os livros disponibilizados no site fazem com que os alunos se interessem em sobre quem são e a situação dos refugiados no Brasil, no mundo e na sua comunidade, levando-os a buscarem mais informações sobre eles. Por serem livros de fácil leitura, eles atendem às idades dos alunos dos anos finais do ensino fundamental.

Os livros disponibilizados no website são de leitura fáceis e prazerosas, despertando a curiosidade dos alunos com títulos marcantes. Ao despertar a curiosidade faz com que busquem mais informações sobre os refugiados.

Uma boa história, linguagem clara e simples, imagens e desenhos coloridos ou não despertam o interesse dos alunos e os motiva a querer saber mais sobre os refugiados.

De acordo com as respostas apresentadas, o website com obras de interesse e adequadas ao público infanto-juvenil permite aos alunos um novo olhar para o refugiado.

5.2.6 Questões importantes no *website* e o que pode ser melhorado

Eu achei interessante no website que além da indicação dos livros, fala sobre os autores, apresenta um resumo e traz possibilidades de atividades relacionadas as competências e habilidades da BNCC. Gostaria que na área de material de apoio tivesse indicações de filmes, artistas visuais, ONGs, entre outros,

Achei importante o tema apresentado por ser ele pouco debatido nas escolas e na mídia em geral. Talvez o Website possa conter mais uma aba para troca de experiências de professores que receberam refugiados como alunos na sua sala de aula.

Achei interessante a forma que é apresentada os livros, com breves resumos e informações sobre os autores. O site poderia fornecer algumas imagens dos próprios livros.

O que achei interessante no site foi a relação dos livros apresentados com seus autores, personagens e histórias baseadas em fatos reais. Indico como um aspecto a ser melhorado é ampliar o número de livros possibilitando o acesso dos alunos a mais histórias de vida, superação e esperança.

Um dos aspectos considerado importante para os professores foi a possibilidade de conhecer melhor os refugiados através de histórias contadas pelos próprios protagonistas.

5.2.7 O *website* pode ajudar o professor a trabalhar sobre refúgio estimulando a discussão sobre a chamada educação em direitos humanos

Na prática educativa democrática, o papel do professor é o despertar nos alunos o senso crítico, a curiosidade a responsabilidade, através do constante diálogo, buscando transformar a realidade, e sempre deixando claro todos nós temos direitos e deveres a cumprir.

Sem dúvida! Ao sabermos mais sobre as histórias de vida e a história dos países de refugiados, o tema "direitos humanos" inevitavelmente vira à tona e abrirá caminhos para longas e profundas reflexões.

A educação em direitos humanos é uma necessidade dos nossos dias, onde a intolerância, o preconceito e o racismo se encontram tão presentes na sociedade e nas nossas escolas.

O professor tem no *website* conteúdo para trabalhar na sala de aula, assuntos como direito humanos, literatura e situação de refúgio. Ao discutir com os alunos esses assuntos, o professor ensinará sobre diversidade, empatia, preconceitos e solidariedade com o próximo.

A educação em direitos humanos deverá estar presente em todas as situações escolares. No caso da utilização do *website*, seu conteúdo com histórias sobre os refugiados permite importantes reflexões sobre diversidade, empatia e solidariedade.

5.2.8 O *website* trabalha de maneira interdisciplinar Refúgio e Literatura, os, promovendo o processo de humanização e o respeito às diversidades culturais

A literatura, ao tratar de pessoas em situação de refúgio pode tornar, através da narrativa dos personagens das histórias apresentadas, as aulas mais interessantes e motivadoras. O sofrimento e a superação apresentados por seus personagens pode levar a conscientização dos alunos sobre os refugiados, respeitando o outro com suas diversidades culturais.

Sim, concordo, abre-se um espaço para as discussões sobre tolerância, diversidade, respeito e a aceitação, visto que muitos entendem que eles chegam e "roubam" direitos, "tomam" lugar dos nativos daquele País ou ainda que não merecem ter as mesmas condições de vida.

Sim, as histórias apresentadas nos livros, mostram o sofrimento e a angústia dos refugiados ao buscarem um lugar que os acolha, podendo levar ao leitor a conscientização e o respeito pelo outro.

O website apresenta inúmeras possibilidades para o professor trabalhar de forma interdisciplinar com seus alunos, utilizando o tema Refugiados. O professor deve estar familiarizado com o assunto para iniciar uma discussão e explorar mais sobre as histórias e vivências dos personagens dos livros.

Ao relacionar refúgio e literatura, os professores podem tornar as aulas mais dinâmicas e motivadoras, contribuindo para o processo de conscientização e humanização do aluno-leitor.

5.2.9 O objetivo do *website* é o de contribuir para a discussão sobre o refugiado, desenvolvendo as competências gerais, 9 e 10 da Base Nacional Comum Curricular

O objetivo foi atingido no que diz respeito a informação que ele traz ao professor sobre o conceito de refugiado, indicação de leitura, propostas didáticas e material de apoio, mas ficará mais completo quando os professores começarem a postar suas experiências. O depoimento, a troca de experiências e a sugestão de novas possibilidades podem favorecer e ampliar as discussões sobre este assunto.

A questão do objetivo atingido não é finita. Entendo que o site precisará de constantes atualizações, caminhando com as mudanças que ocorrerão ao longo do tempo.

O website é um grande recurso que disponibiliza material de apoio, propostas didáticas e livros, abrindo caminho para o professor promover a empatia e o respeito com aqueles que chegam no Brasil à procura de acolhida. Para os professores, o objetivo do website foi atingido pois promove a conscientização dos alunos e atende à BNCC.

5.2.10 Receptividade por parte dos alunos

Os livros apresentados no site despertam no aluno curiosidade e interesse sobre os assuntos e histórias contadas neles, estimulando assim sua participação em sala para discussões com os colegas sobre outros livros e temas relacionados. Eles foram selecionados e apresentam histórias comoventes e interessantes sobre refugiados.

O professor que souber apresentar e envolver os alunos não terá problemas em relação à receptividade. Os alunos são receptivos a uma boa história e as que tratam dos refugiados são

comoventes e despertam a emoção e a empatia deles, estimulando-os a buscar mais informações.

Consideradas as respostas apresentadas, pode-se concluir que:

- É importante trabalhar a questão dos refugiados em sala de aula ao se observar a desinformação de alunos e professores a este respeito.
- O website pode ser utilizado como um recurso didático, facilitando o processo ensino-aprendizagem dos alunos.
- Os livros disponibilizados no website, por se tratar de literatura para crianças e adolescentes corresponde ao perfil do aluno, fazendo-o se identificar com os personagens.
- A forma de conhecimento apresentada no site é muito motivadora, estimulando outras leituras.
- O aspecto a ser melhorado é o número de obras disponibilizadas que pode ser aumentado. Outro aspecto também a ser melhorado é a utilização de desenhos, gravuras e imagens que tornam a leitura mais interessante.
- É motivador discutir os direitos de todos nós utilizando a situação dos refugiados no Brasil e no mundo.
- Trabalhar o refúgio na literatura infanto-juvenil traz uma forma interessante de ampliar o conhecimento sobre um assunto tão atual.
- O conhecimento promove a conscientização que contribui para a humanização do aluno, conforme apregoa Antonio Candido nos seus textos literários.
- Da maneira que o site é apresentado, consegue atingir os objetivos propostos promovendo a empatia, a solidariedade e o respeito conforme explicita a BNCC nas competências gerais em especial, as de números 9 e 10.
- A leitura dos livros apresentados no site pode auxiliar a motivar os alunos para novas leituras, novos temas e novos conhecimentos.

5.3 Conclusões e recomendações sobre o PTT

Na sociedade atual onde mudanças sociais, culturais e tecnológicas se desenvolvem rapidamente, a escola nesse processo pode fazer a diferença. No caso da educação que privilegia os direitos humanos, os professores contribuem significativamente na formação dos seus educandos. Nesse contexto, os educadores que ministram aulas no ensino fundamental precisam

estar atentos a essas mudanças e avaliar as competências e habilidades essenciais à socialização, conscientização e humanização dos seus alunos.

Diante do exposto, uma das motivações para a elaboração deste produto foi a oportunidade de fornecer subsídios importantes para auxiliar os professores, com o intuito de desenvolver competências individuais, princípios e valores que possam tornar crianças e adolescentes com uma visão de mundo e sociedade mais receptiva às diferenças sociais, culturais, religiosas, étnicas, ideológicas, etc., compreendendo mas não aceitando as desigualdades socioeconômicas, assumindo um compromisso com a liberdade, a equidade, a justiça, a solidariedade, o não conformismo e a participação, valorizando o ser humano no que tem de melhor: a humanidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conflitos sociais e desastres ambientais têm levado um número considerável de pessoas a buscar refúgio em outras regiões ou países. Cabe aos países receptores proporcionar a integração desses refugiados à sociedade, oferecendo moradia, emprego e educação para os seus filhos. No entanto, na realidade, a acolhida não tem sido tão favorável, dificultando a inclusão e o acesso a bens e serviços que são proporcionados aos nacionais. Além disso, muitos são vítimas de preconceitos e discriminação originados pela desinformação e ignorância da população a respeito de quem chega.

Quando uma criança refugiada ingressa na escola, ela espera ser bem recebida e deve ter certeza de lá encontrar melhores amizades e possibilidades de um futuro promissor. Para isso, é importante que professores e alunos conheçam as histórias e experiências de vida destas crianças, despertando a solidariedade e aceitação na sala de aula e escola. Muitos livros sobre a história de crianças e adolescentes em situação de refúgio estão sendo escritos por autores nacionais e estrangeiros. Desta forma, a pesquisa buscou analisar a representação dos refugiados na literatura infanto-juvenil, produzida nos últimos dez anos e se ela tem atendido aos objetivos da Educação Básica.

A situação dos refugiados está associada aos princípios e valores dos Direitos Humanos e, neste trabalho, também à literatura infanto-juvenil. As escolas que têm por obrigação acolher para educar não encontram no seu interior professores e alunos preparados para receber e integrar alunos culturalmente diferentes e eles acabam isolados e/ou hostilizados. Procurando contribuir para a aceitação das crianças refugiadas e suas famílias, este trabalho produziu um *website* intitulado Rotas Literárias, com a finalidade de, através de livros infanto-juvenis adequados ao perfil dos alunos, ajudar os professores dos anos finais do Ensino Fundamental a levá-los a respeitar as diversidades e diferenças e se indignar com as desigualdades.

A Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Base Nacional Comum Curricular, entre outras, enfatizam a empatia e a solidariedade para com o outro. Cabe aos professores, utilizando os livros do *website*, aplicar as propostas pedagógicas gerais e/ou específicas lá apresentadas para valorizar o que é mais importante: o ser humano. Por se tratar de mestrado profissional, foi produzido um produto técnico-tecnológico como uma ferramenta auxiliar para utilização de professores da Educação Básica.

Para atender a essas competências, foi elaborado um *site* denominado Rotas Literárias, cujo domínio já foi adquirido. Ele foi pensado como um material para ajudar os professores dos anos finais do Ensino Fundamental, no estudo de questões ligadas aos Direitos Humanos, a

partir de obras literárias que tratam dos refugiados, destinadas ao público infanto-juvenil. De um universo inicial de vinte livros pesquisados, foram selecionadas seis obras literárias, de autores de diversos países, traduzidas para a língua portuguesa, para os quais foram apresentadas atividades pedagógicas associadas a competências gerais e específicas da BNCC.

Na literatura atual, os valores tradicionais estão sendo substituídos por novos, incorporando temas atuais e abordagens diferentes, como a questão da diversidade cultural e os valores pautados na alteridade. O texto literário permite aos seus leitores, crianças e jovens, conhecerem melhor o mundo e a si mesmos, tornando-se mais solidários, humanos e cooperativos.

Hoje as diferentes culturas e etnias são valorizadas pela literatura infanto-juvenil, que destaca a sensibilidade e a emoção associadas às palavras e imagens. Seus personagens retratam a realidade de uma vida sofrida, mas onde a esperança serve de estímulo e guia em busca de uma vida melhor.

Buscando contribuir para a capacitação dos professores a novos formatos tecnológicos, o *site* é de fácil manuseio e continuará a ser disponibilizado e utilizado durante e após a pandemia. O que virá pela frente, depois da pandemia, no “novo viver”, é o aumento considerável dos fluxos migratórios retidos pela pandemia, que atravessarão fronteiras em busca de um lugar para viver com dignidade.

A UNESCO, ao discutir os pilares para a educação do futuro tem revelado uma nova tendência no processo ensino-aprendizagem, em que a memorização é substituída pelo conhecimento. O conteúdo assimilado sem questionamento dá lugar ao raciocínio lógico e crítico. O aluno indaga o porquê de aprender determinado conteúdo e o professor não tem mais respostas prontas a dar.

O Plano Nacional de Educação valoriza um modelo de currículo que desenvolva habilidades para dominar essa nova realidade que se apresenta. Propõe também temas relacionados aos direitos humanos, à ética e pluralidade cultural, entre outros. Já a BNCC explicita que a Educação Básica deve promover a formação dos alunos buscando torná-los capazes de construir uma sociedade mais justa, ética, inclusiva e solidária. Os alunos precisam ser capazes de compreender as situações a partir do outro, considerando suas emoções e sentimentos, repudiando a intolerância, o preconceito e a discriminação.

Com a introdução da tecnologia digital nas escolas, a aprendizagem se tornou mais prazerosa para o aluno, mas exigiu mais do professor. Os cursos de formação de professores para a Educação Básica não têm dado a ênfase necessária às tecnologias digitais educacionais e muitos professores não se sentem preparados para utilizá-las. Conhecimento e a liberdade de

pensar e questionar sobre ele desenvolve criticidade, competências e habilidades necessárias para viver em sociedade.

A pandemia da Covid-19, exigiu que as pessoas, empresas, escolas, organizassem seus compromissos de forma remota. Esse “novo viver” alterou a forma de ensinar, de aprender e de relacionar.

Para os pesquisadores, a utilização das tecnologias digitais pelos professores se tornou motivo de muita reflexão e discussão para saber até que ponto estavam familiarizados com uma tecnologia que veio para ficar. No entanto, não se sabe até que ponto os professores estão utilizando de forma adequada as tecnologias disponíveis. Essa foi uma das razões de ser deste trabalho: amparar a relação dos professores da Educação Básica com as tecnologias digitais.

Numa época de larga utilização de recursos digitais para o ensino remoto, é de grande importância uma análise mais acurada sobre a postura dos professores na obrigatoriedade da utilização das tecnologias digitais. Apesar de os comportamentos dos docentes serem imprevisíveis no enfrentamento de uma situação não esperada e planejada, fica clara a importância de pesquisas na área da educação. Assim como é lamentável o descaso do Poder Público para com os professores, alunos e familiares da criança refugiada que veem frustrados seus projetos de vida.

Conforme observado, este trabalho abordou uma questão relevante na atualidade, relacionada à diversidade, diferença, preconceito, racismo, discriminação e direitos humanos: a situação de pessoas em situação de refúgio que buscam no Brasil refazer suas vidas e a de seus familiares. É possível constatar que o Governo Federal, ao longo dos últimos anos, tem elaborado medidas para a inclusão e integração de crianças, jovens, adultos e, agora, idosos, que buscam nos bancos escolares uma motivação para viver ou continuar vivendo. Além disso, tem recebido refugiados de diversos países provocando diversas reações da população. Quando a busca do tema foi iniciada, ficou claro que os assuntos mais representativos da atual situação brasileira e mundial estavam ligados aos direitos humanos e em um dos seus aspectos, os refugiados amparados por eles.

No Brasil, com a crise econômica, política e, agora, sanitária, refletindo no social, a falta de perspectivas para um futuro promissor, as diferenças culturais, étnicas, sociais, religiosas e ideológicas e as desigualdades sociais, abrem espaço de conflito, preconceito, discriminação e racismo, além do aumento da intolerância em suas mais diversas formas (política, religiosa, racial, xenófoba, homofóbica), atingindo a sociedade, as famílias e as escolas. A desinformação, a falta de conhecimento sobre as culturas dos refugiados que se encontram no território brasileiro e que aqui buscam abrigo, acolhida, oportunidades de trabalho e de uma vida melhor

levaram a se buscar uma forma de minimizar este problema que, infelizmente, está tão presente na sociedade e nas escolas.

É de se observar, também, que, como consequência do genocídio ocorrido na Segunda Guerra Mundial, os Direitos Humanos conquistados numa história recente trazem uma luz de esperança para a capacidade de tornar o mundo um lugar melhor para se viver. A literatura direcionada ao público infanto-juvenil, os princípios e valores expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e direitos dos refugiados dão, neste sentido, embasamento teórico à construção de um produto técnico-tecnológico que busca auxiliar os professores na motivação e sensibilização para aceitação do aluno refugiado e sua família pela comunidade escolar.

Relatando histórias de vida, medo, sofrimento, perdas e esperança os textos literários disponibilizados no *site* cumprem seu papel de levar conhecimento e informação, reduzindo hostilidade e indiferença e contribuindo para a aceitação, inclusão e integração do aluno refugiado. É importante salientar que refugiados são pessoas que trazem lições de coragem e superação e contribuem com sua inteligência, experiência de vida e visão de mundo e futuro para com a sociedade e a comunidade que os acolhe.

De acordo com a Constituição Federal (1988), todos têm direito à educação, sejam nacionais ou estrangeiros. Por isso é de extrema importância discutir formas de inclusão e desenvolvimento das crianças refugiadas nas escolas. Para que isso ocorra, as escolas devem receber essas crianças de forma apropriada, respeitando suas origens e situações históricas, culturais e sociais, e que sejam capazes de oferecer uma educação de qualidade, a fim de desenvolver todas as suas potencialidades e habilidades. Desse modo, é fundamental assegurar à criança refugiada sua dignidade e sobrevivência. Além disso, a sua inserção na escola melhora o seu desenvolvimento e o dos colegas quando ela se apresenta receptiva e acolhedora para os que a procuram.

O professor, ao apresentar os livros do *site* e discutir sobre as suas histórias, utilizando propostas pedagógicas para incluir esses alunos, respeitando as suas identidades e culturas, para que se sintam acolhidos e integrados à escola e à comunidade de forma efetiva, mas sem perder a sua própria identidade e cultura.

Este trabalho permitiu compreender e analisar a importância da literatura infanto-juvenil e a educação em direitos humanos frente às diversidades culturais e diferenças sociais no contexto escolar. Para isso, foi necessário um olhar diferenciado sobre os refugiados e as dificuldades da escola para dar conta da diversidade e das diferenças cada vez mais marcantes. Questões importantes foram colocadas para compreender o sentido dado à diversidade cultural

e favorecer a elaboração de um produto técnico-tecnológico que considere as semelhanças e diferenças culturais e sociais sem exclusão ou preconceito.

O drama dos refugiados é apenas uma das expressões da falta de respeito para com o outro que está se manifestando com grande intensidade atualmente. Em uma sociedade pluralista como a brasileira, a igualdade e o direito das pessoas serem diferentes estão presentes. Importante é o resgate da identidade do refugiado, das particularidades da sua cultura e da sua autoestima. Esse resgate é imprescindível no tratamento às crianças refugiadas nas escolas. Considera-se que a produção do *site* é um caminho por intermédio do qual se pretendeu resgatar os princípios e valores humanos.

É possível, na prática escolar, haver o respeito e as diferenças socioculturais, partindo dos valores da igualdade, ao reconhecer que todos têm o direito a serem diferentes considerando a cultura como um sistema aberto a mudanças, e a aceitação das várias culturas existentes na escola e na sociedade. A educação em direitos humanos contribui para a compreensão da educação como um bem acessível a todos e da escola que deve ser obrigatória, gratuita e, principalmente, inclusiva e integradora.

Espera-se que as ideias, conceitos e valores contidos neste trabalho e que serviram de sustentação para a elaboração de um produto técnico-tecnológico educacional contribuam para uma reflexão sobre as próprias crenças e práticas dos docentes, que, muitas vezes, acabam por distanciá-los de uma escola acolhedora e de uma sociedade democrática, justa e solidária.

Rotas literárias possibilita aos professores refletir, analisar, questionar e construir propostas didáticas próprias, buscando soluções adequadas e contextualizadas. É importante que os alunos conheçam e se familiarizem com as diversidades culturais presentes na escola e nas salas de aula. Cabe ao professor conhecer as dificuldades que apresentam e dificultam desenvolver na prática, ações que respeitem essa pluralidade cultural tão positiva para um relacionamento social inclusivo e sem preconceitos.

O *site* permite a execução de uma proposta de resgate da dimensão humana dos alunos refugiados presentes na escola. Além disso, traz sugestões para desenvolver atividades que sejam coerentes com os Direitos Humanos e as propostas didáticas colaboram para reforçar a conscientização e a promover uma prática educativa comprometida com a construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna.

A escola deve estar articulada com a vida e, através das diferentes propostas promovidas pelo *site*, é possível colaborar no desenvolvimento de uma proposta pedagógica participativa e dialógica no cotidiano escolar, permeada pela prática dos Direitos Humanos, através da qual se formam as crianças e os jovens para serem construtores de uma sociedade democrática.

O PTT é relativo aos anos finais do Ensino Fundamental, favorecendo uma prática pedagógica ativa e crítica, com recursos simples, ao alcance dos professores e das escolas, em uma perspectiva de educação mais humanizada.

Os Direitos Humanos e os refugiados são temas dos livros apresentados no *site* que reconhece as diferenças culturais e considera ser papel da escola dar uma resposta a essas diferenças. Uma proposta pedagógica que leve em conta a diversidade e respeite os valores da democracia, da liberdade e da igualdade contribui para o reconhecimento dos direitos dos refugiados, considerando as semelhanças e as diferenças culturais, sem exclusão cultural e social.

Valores como igualdade, autonomia, democracia, cidadania, acolhida e tolerância sustentaram a elaboração do PTT como inclusivo e atuante quanto à diversidade, pois este está comprometido com a construção de uma sociedade que tenha por base a afirmação da dignidade de toda pessoa humana numa sociedade desigual e injusta. Isto exige um compromisso com o outro, empatia, solidariedade e uma nova mentalidade, novos valores e uma mudança na sociedade para se tornar mais ética, justa e solidária.

A análise de situações concretas de acontecimentos é um elemento importante, assim como o papel da escola na educação dos direitos humanos. Eles estão presentes no dia a dia, nas atitudes e comportamentos, na maneira de pensar, de sentir, de agir e de viver. É na escola que eles devem ser refletidos, promovidos e colocados em prática para enfrentar as ações negativas que impedem uma inclusão e integração de crianças refugiadas. Os Direitos Humanos refletem o pensar, o sentir e o agir daqueles que buscam uma educação humanizada, acolhendo as crianças refugiadas. É preciso aprender a ser e aprender a conviver, em um contexto cada vez mais aberto e mais complexo.

As propostas e atividades do *site* ensejam discussões sobre o conceito de cultura e estimulam atitudes de respeito e valorização das características culturais de diferentes grupos de refugiados que se encontram no Brasil. Estas atividades podem propor a identificação de pessoas de culturas diferentes, questões sobre refúgio, a cultura dos refugiados, a dificuldade de adaptação à nova realidade, a situação atual com suas necessidades e preconceitos. Destaque especial pode ser dado ao direito à identidade cultural que cada pessoa ou grupo social deve ter e a importância de se respeitar, sem preconceito, as diferentes manifestações culturais próprias de cada povo.

Foi uma longa caminhada para a realização de um processo que resultou no produto aqui apresentado. Muitas vezes a pesquisa pediu um redirecionamento frente a novos dados

coletados. No entanto, o tema esteve presente desde a seleção para o mestrado e continuará nos trabalhos futuros.

A Autora sempre se mostrou sensível à situação dos refugiados e, quando associada aos direitos humanos – direitos de todos os homens – é visível o quanto são vítimas e precisam de ajuda, razão deste trabalho.

Se rotas indicam caminhos, foi através deles que se chegou ao resultado final: um produto técnico-tecnológico de uso educacional como uma ferramenta auxiliar, um recurso didático disponível para os professores do ensino fundamental.

Fazendo uma associação entre meio ambiente natural e meio ambiente social, nota-se que o meio ambiente natural é diversificado e deve a sua existência a um ecossistema integrado, composto de uma enorme variedade de flora e fauna. Do mesmo modo, o meio ambiente social, a sociedade e, inserida nela, a escola, deve ensinar a suas crianças e adolescentes a importância de se conviver em paz com diversidade cultural e a diferença socioeconômica, estimulando valores como solidariedade, tolerância, respeito, indignação/ação contra as injustiças, entre outros, para que a existência humana e social se torne mais significativa.

Assim, o produto aqui apresentado buscou trazer uma contribuição efetiva para que, através da literatura infanto-juvenil, os alunos leitores tenham uma nova visão sobre os refugiados despertando, sobretudo, a solidariedade, pois ser solidário é se colocar no lugar do outro, sofrer com seu sofrimento, alegrar-se com suas conquistas e alegrias.

A literatura infanto-juvenil sobre refugiados deve ser lida, comentada e discutida entre as crianças e adolescentes para um futuro com mais união entre as pessoas. As histórias apresentadas nos livros narram as circunstâncias dramáticas e o contexto que dão origem e voz a pessoas em situação de refúgio. No entanto, apesar das viagens perigosas para um futuro incerto em busca de acolhida, há sempre a esperança de um novo lar e um novo amanhã.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Dados sobre refúgio no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-%20brasil/#:~:text=Segundo%20dados%20divulgados%20pelo%20C%C3%B4mite,como%20refu%20giadas%20pelo%20Estado%20brasileiro>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- ÂNGELO, Milton. **Direitos Humanos**. São Paulo: LED, 1998.
- ANNONI, Danielle; VALDES, Lusian Carolina. **O Direito Internacional dos Refugiados eo Brasil**. Curitiba: Juruá, 2013.
- ARAÚJO, Ulisses; AQUINO, Júlio Groppa. **Os Direitos Humanos na sala de aula: a ética como tema transversal**. São Paulo: Moderna, 2002.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- BORDAS, Marie Ange. **Dois meninos de kakuma**. São Paulo: Pulo do Gato, 2018.
- BORTONE, Marcia Elizabeth; MARTINS, Cátia Regina Braga; RICARDO, Stella Maris Bortoni (coord). **A construção da leitura e da escrita: do 6º ao 9º ano do ensino fundamental**. São Paulo: Parábola, 2008.
- BOWN, Ricardo. **Refugiados em busca de um mundo sem fronteiras**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2011.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nova LDB**. Lei n. 9394/96. Rio de Janeiro: Quality Mark/Dunya, 1998.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05:1988#/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp. Acesso em: 01 fev. 2021.
- BUCCI, Daniela; SALA, José Blanes; CAMPOS, José Ribeiro de (coords.) **Direitos Humanos: proteção e promoção**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CAMARGOS, Márcia; CARUSO, Carla. **Diálogos de Samira: por dentro da guerra síria**. São Paulo: Moderna, 2018.
- CANDIDO. Antonio. A literatura e a formação do homem. **Remate de Males: Revista do Departamento de Teoria Literária**, São Paulo: ed. especial, 1999.
- CANDIDO. Antonio. **Vários Escritos**. 4 ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

- CAVALCANTI, Joana. **Caminhos da literatura infantil e juvenil: dinâmicas e vivências na ação pedagógica.** São Paulo: Paulus, 2014.
- CAVALCANTI, Luciano Marcos Dias. Literatura e Direitos Humanos: leitura do poema “Morte Do Leiteiro”, de Carlos Drummond de Andrade (uma homenagem a Antonio Candido). **Revista Recorte**, Três Corações, v, 17, n.1, 2020. Disponível em: <http://Periodicos.Unincor.Br/Index.Php/Recorte/Article/View/6086>. Acesso em: 07 jun. 2020.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática.** 7. ed. São Paulo: Moderna, 2020.
- COLOMER, Teresa. **Introdução à literatura infantil e juvenil atual.** São Paulo: Global, 2017.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os fora de série na escola.** Campinas: Armazém do Ipê, 2005.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998.
- ECO, Umberto. **Migración e intolerancia.** Madrid: Lumem, 2019.
- GÓES, Lúcia Pimentel. **Introdução à literatura para crianças e jovens.** São Paulo: Paulinas, 2012.
- GRAZIOLI, Fabiano Tadeu; COENGA, Rosemar Eurico (Orgs.). **Literatura e literatura infantil e juvenil: limiares entre a teoria e a prática.** Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018.
- HERKENHOFF, João Baptista. **Direitos Humanos: uma ideia, muitas vozes.** 6 ed. São Paulo: Santuário, 2001.
- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos e cidadania à luz do Direito Internacional.** Campinas: Minelli, 2002.
- MITCHELL, Jane. **Uma travessia perigosa.** São Paulo: FTD, 2018.
- MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- NASCIMENTO, Luiz Sales do. **A cidadania dos refugiados no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Verbatim, 2014.
- PATRIOTA, Margarida. **Explicando a literatura no Brasil.** 23 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (org.). **História da cidadania.** São Paulo: contexto, 2003.
- PIZAIA, Cassiana; ZAHRA, Rima Awada; BOAS, Rosi Vilas. **Layla, a menina síria.** São Paulo: Brasil, 2019.

RAMOS, André de Carvalho. **Processo Internacional de direitos humanos**: análise dos sistemas de apuração de violações dos direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RODRIGUES, Gilberto, M.A. – **Refugiados**: o grande desafio humanitário. São Paulo. Moderna, 2019.

RODRIGUES, Viviane Mazine (org). **Direitos Humanos e refugiados**. Curitiba: CRV, 2016.

SARMENTO, Tadeu. **O cometa é um sol que não deu certo**. São Paulo: SM, 2018.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007.

APÊNDICE I – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Por que é importante trabalhar a questão dos refugiados em sala de aula?
2. O website – Rotas literárias – pode ser utilizado como recurso didático pelo professor?
3. O website apresenta procedimentos de ensino de literatura como atividade formal válida?
4. O website possibilita o uso como ferramenta pedagógica contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos?
5. Os livros disponibilizados no website estimulam o interesse dos alunos sobre os refugiados? Eles correspondem ao nível sociocultural dos alunos?
6. O que você achou importante no website? Tem algum aspecto que pode ser melhorado?
7. O website pode ajudar o professor a trabalhar sobre refúgio estimulando a discussão sobre a chamada educação em direitos humanos?
8. Como o website trabalha de maneira interdisciplinar Refúgio e Literatura, torna as aulas mais ricas e dinâmicas contribuindo para o aprendizado dos alunos, promovendo o processo de humanização, o respeito às diversidades culturais, e de alteridade?
9. O objetivo do website é o de contribuir para a discussão sobre o refugiado, promovendo a empatia, a solidariedade e o respeito aos que chegam ao Brasil para viver e contribuir com suas vivências, cultura e conhecimento atentando sobretudo para as competências gerais 6, 9 e 10 da Base Nacional Comum Curricular. Dá maneira que ele é apresentado, o objetivo foi atingido?
10. O site apresenta procedimentos de ensino de literatura caracterizados como atividade educacional formal?

POSFÁCIO

Afganistão – Agosto de 2021

O grupo extremista fundamentalista Talibã assume novamente o poder e o cenário político regional e mundial muda com ele. Os Estados Unidos retiram seus soldados e a China e Rússia reconhecem o novo governo. Mortes, violências, estupros, medo, desespero fazem a população buscar refúgio nos países vizinhos ou tentar pegar os aviões americanos que foram retirar seus soldados. Os vizinhos fecham suas fronteiras, o Talibã reforça o controle das saídas do país e a população, indefesa, sabe o futuro que terá. Foi chocante ver corpos caindo dos aviões e mães, desesperadas, entregando seus filhos a soldados americanos na esperança de salvá-los de um destino já previsto. Aos que têm a sorte de embarcar nos aviões americanos o futuro é incerto. Poucos países estão dispostos a acolhê-los, mesmo sabendo das suas histórias. Se hoje estão na mídia, amanhã se tornarão invisíveis como tantos outros e terão o mesmo destino dos demais.

Novamente, cresce a importância de se aplicar a Literatura e os Direitos Humanos para discutir a situação deste povo tão sofrido, com uma rica tradição, mas vítima de preconceito, estigmatizado como terrorista e rejeitado por cidadãos e governos desinformados e invisíveis ao sofrimento do outro.



UNINCOR

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO RIO VERDE